



RELATÓRIO

17

ATIVIDADES E CONTAS

REUNIÃO ASSEMBLEIA-GERAL | MARÇO 2018





ÍNDICE

0 RESUMO OPERACIONAL	5
1 AÇÕES REALIZADAS	8
1.1 COMPLEXO SOCIAL	9
1.1.1 Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) Centro de Dia (CD) Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) Centro de Dia Secarias (CDS).....	10
1.1.2 Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).....	20
1.1.3 Ações Diversas	24
1.1.4 Academia Condessa das Canas	29
1.1.5 Orfeon Maestro Alves Coelho	30
1.1.6 Mata e Jardins.....	31
1.1.7 Projetos de Intervenção Comunitária – Cantinas Sociais RLIS Atividades Socialmente Úteis (ASU) Protocolos de Cooperação Instituições e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).....	33
1.1.8 Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC – FEAC) e Programa de Apoio Complementar (PAC).....	41
1.1.9 Colaboração com o Secretariado Regional de Coimbra e Secretariado Nacional da UMP	42
1.1.10 Dinamização de Atividades Lúdico-ocupacionais.....	43
1.2 COMPLEXO DE SAÚDE	48
1.2.1 Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados (UMDR e ULDM)	49
1.2.1.1 Sala de Snoezelen – Dr. Armando Dinis Cosme	52
1.2.2 Unidade de Medicina Física e de reabilitação (UMFR)	54
1.2.3 Hospital Condessa das Canas	56
1.3 COMPLEXO DESPORTIVO E CULTURAL	57
2 RESUMO CONTAS	60
2.1 RENDIMENTOS	62
2.2 GASTOS	64
2.3 INVESTIMENTOS	66
3 ANÁLISE FACE AOS OBJECTIVOS TRAÇADOS	67
4 CONCLUSÃO	70
BALANÇO/DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS	71



0| RESUMO OPERACIONAL

Inúmeras foram as atividades desenvolvidas e promovidas pela Santa Casa da Misericórdia de Arganil, adiante Misericórdia, que se torna difícil destacar ou particularizar qual delas a mais importante ou significativa.

Por outro lado, a atuação da Instituição abrangeu diversos campos, o que torna, desde logo, injusto atribuir maior relevo a uma ou outra ação, concretizada no ano transato de 2017.

No entanto, **tal dificuldade apenas realça o forte dinamismo da Instituição**, cujo propósito maior foi o de intervir junto da comunidade, na tentativa contínua de solucionar problemas de natureza social, através do desenvolvimento de diversas respostas sociais, sob a égide das catorze obras de Misericórdia.

Contudo, não podemos deixar de referir que o ano que findou será recordado pela **tragédia dos incêndios**, especialmente os de Outubro e que afetaram particularmente o concelho de Arganil e a região.

A este propósito não podemos deixar de frisar o papel da Misericórdia que, desde a primeira hora, **acolheu nas suas instalações diversos cidadãos das freguesias afetadas, recorrendo quer à sua Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), quer ao antigo Hospital Condessa das Canas.**

Nesse apoio foram assegurados diversos serviços, nomeadamente alimentação, cuidados de saúde e transporte.

Neste ponto, destaque ainda para a **resposta assegurada pelo programa das Cantinas Sociais**, mas de igual modo a **Rede Local de Intervenção Social (RLIS)** que, através da equipa do **Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)**, disponibilizaram apoio ao nível do **atendimento, acompanhamento e encaminhamento dos cidadãos afetados**, com especial incidência nos territórios onde estão instalados os gabinetes de atendimento ao público.

Outro aspeto a reter, no âmbito da atuação ao nível da problemática dos incêndios, foi a **celebração de Protocolo de Colaboração com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC)**, para intervenção junto do público afetado, sem esquecer outras parcerias com diversas entidades, públicas e privadas.



Por outro lado, não pode ser esquecida a **candidatura apresentada e aprovada no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC - FEAC)**, neste caso para fornecimento de géneros alimentares.

A este propósito devemos realçar o papel da Misericórdia, não só na dinamização a nível regional desta candidatura junto das suas congéneres, via Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas (SRCUMP), mas de igual modo na **coordenação dos territórios de Arganil, Vila Nova de Poiares e Penacova pela Misericórdia de Arganil**.

Ainda no âmbito desta intervenção destaque para a **apresentação e aprovação de candidatura ao Programa de Apoio Complementar (PAC) e que visou reforçar a componente financeira da execução do POAPMC**.

A nível interno, destaque para a **continuidade dos trabalhos de remodelação dos espaços afetos ao Complexo Social, com destaque para a ERPI**, designadamente o bloco residencial afetado pelo incêndio de 2016, sempre com respeito pela lógica de gestão racional dos recursos disponíveis.

Simultaneamente, a **Instituição manteve as suas parcerias locais**, nomeadamente ao nível do apoio técnico, com destaque para as Instituições Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça e Casa do Povo da Cerdeira e Moura da Serra.

De igual modo foram mantidas ou estabelecidas parcerias com: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Coja, Associação Humanitária do Barril de Alva, Centro Sociocultural de Anseriz, União Recreativa Sarzedense, Junta de Freguesia das Secarias, Centro Social dos Cepos, SOS Arganil, etc.

No âmbito do apoio e proteção de crianças e jovens em risco **manteve-se a disponibilização de técnicos e outros recursos, a par da Assessoria Técnica ao Secretariado Regional de Coimbra da União das Misericórdias Portuguesas (UMP)**, sem esquecer a participação no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arganil.

Não obstante a intensa atividade levada a cabo pela Misericórdia, não pode ser descurada uma apreciação breve aos **constrangimentos económicos sentido pela instituição, fruto dos atrasos nos pagamentos das verbas devidas pela ARSC**, quer ao nível da resposta dos Cuidados Continuados e quer ao nível da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR), ambas integradas no designado Complexo de Saúde.



Mas não só na área da saúde esses atrasos foram visíveis, também no âmbito da RLIS e do programa das Cantinas Sociais esses constrangimentos ficaram patentes, a par de outras entidades locais.

Se acrescentarmos a isto o esforço no cumprimento das obrigações para com os trabalhadores e o Estado, é fácil perceber que a gestão da Instituição exigiu um empenho permanente, tendo em conta que só a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) de 2016 para 2017, traduziu-se num aumento de 5%.

Aumento esse que não teve igual crescimento no campo da atualização das participações do Estado no Complexo Social, neste caso apenas 2,1% que, somado à atualização dos beneficiários, foi insuficiente.

Apesar disso a Misericórdia deu sequência à sua atuação, conseguindo encerrar 2017 com resultado positivo.

Destacar que a premissa da Instituição para concretizar investimentos de maior vulto assentou sempre, na capacidade de realização de receitas extraordinárias, previamente autorizadas pela Assembleia Geral, postura esta que tem possibilitado manter a Misericórdia no seu rumo, sem que a sua sustentabilidade seja colocada em causa, bem patente na sua relação amplamente positiva entre Ativo e Passivo.

O esforço da Instituição manteve-se pois, na sua função social, apoiando os mais vulneráveis, procurando a manutenção do seu nível de empregabilidade, e, dessa forma, a coesão social local, sem descurar a estabilidade da Instituição.

De igual modo, a manutenção e valorização dos beneficiários das respostas sociais não foram esquecidas, através da execução de uma programação lúdica destinada à ocupação dos mesmos.

O Relatório de Atividades e Contas será apresentado conforme a seguinte estrutura:

1. Ações Realizadas;
2. Resumo | Apresentação das Contas;
3. Análise face aos objetivos traçados;
4. Conclusão;

Anexo ao balanço e Demonstração de Resultados



Feita a súmula operacional reportada ao ano de 2017, coloca-se o presente documento à apreciação dos Irmãos para o devido conhecimento e votação.

1| AÇÕES REALIZADAS

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil, fundada no ano de 1647, é uma Instituição de direito privado, com ereção canónica, à qual foi conferido o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e de utilidade pública, nos termos do Decreto de lei 119/83 de 25 de Fevereiro, na versão republicada com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei 172-A/14 de 14 de Novembro.

Como Instituição, tem sido caracterizada por uma evolução significativa, com especial incidência na última década, passando de uma receita de um milhão setecentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos e oitenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos (1.754.889,74€) em 2005, para um valor atual de dois milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte euros e cinquenta e sete cêntimos (2.857.420,57€), isto em 2017, ou seja, mais 62,8%.

Simultaneamente, assistiu-se a um reforço de competências técnicas e ao alargamento do campo de atuação da Misericórdia, apoiando hoje, **mais de 660 utentes**, entre respostas sociais e projetos de intervenção comunitária.

Embora desenvolvendo a sua ação maioritariamente no concelho de Arganil, **a sua atuação extravasa as fronteiras do concelho**, tendo por base a existência de três Complexos que agregam diferentes estruturas de intervenção social.

Esses Complexos adotam a designação de Complexo Social, Complexo de Saúde e Complexo Desportivo e Cultural, cada um com particularidades próprias mas prosseguindo a mesma Missão de servir os que mais precisam.

Tendo como ponto de partida os objetivos previamente elencados no Plano de Atividades e Orçamento para 2017, é chegado o momento de proceder à respetiva avaliação através da elaboração do presente Relatório de Atividades e Contas.



Nesse sentido, importa levar ao conhecimento dos irmãos as ações desenvolvidas nas diversas respostas sociais da Misericórdia, bem como os constrangimentos sentidos ao longo do ano e que, dessa forma, condicionaram, ou não, a ação da instituição.

1.1 | COMPLEXO SOCIAL

Antes de mais há que especificar que o Complexo Social reúne maioritariamente as respostas sociais e equipamentos ligados à área do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS), formalizados por meio de Acordos de Cooperação estabelecidos com este Ministério, através do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra (CDSS – Coimbra), o Instituto de Solidariedade Social (ISS,IP) e o Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP,IP).

Neste particular estão as respostas sociais como: a Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), o Centro de Dia (sede e Secarias), o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), o Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) e as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF). Esta última resulta de protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Arganil.

De igual modo, os projetos de intervenção comunitária, com destaque para a Rede Local de Intervenção Social (RLIS), o Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciadas (FEAC) no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas (POAPMC), as Cantinas Sociais inseridas no Programa de Emergência Social (PES), estão aqui enquadradas.

No que concerne às parcerias estabelecidas com diversas outras entidades, designadamente as atividades relacionadas com o Conselho Local de Ação Social (CLAS), a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Rendimento Social de Inserção (RSI), o Conselho Geral (CG) no âmbito do Agrupamento de Escolas de Arganil, para além da Loja Social, sem esquecer a colaboração técnica com diversas IPSS, são também aqui englobadas.

Um destaque para a inclusão da Mata das Misericórdias nesta estrutura, em face da sua utilização e contributo que presta junto dos utentes, nomeadamente de ERPI, CATL e outros.



1.1.1 | Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia (CD) | Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) | Centro de Dia Secarias (CDS)

Parte significativa da atuação da Misericórdia é direcionada para o apoio à população mais envelhecida, não sendo pois de estranhar a existência no seio da Instituição das respostas de Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Estes equipamentos, cujo funcionamento privilegia a partilha de recursos, sejam eles humanos ou materiais, abrange, genericamente, um público com mais de 65 anos.

Ressalva-se contudo, que vários cidadãos com idade inferior são apoiados por estas respostas sociais, face à necessidade dos casos, pelo que não se deverá entender a idade de 65 anos como um fator de exclusão no apoio social desenvolvido pela Misericórdia.

Podemos ainda dizer que, em termos médios, o conjunto destas respostas apoiou, em média, mensalmente 190 pessoas distribuídas do seguinte modo: 109 em ERPI, 54 em Centro de Dia e 27 em SAD.

➤ Remodelação / Requalificação espaços - ERPI

Ao longo de 2017 a Misericórdia deu continuidade aos trabalhos de remodelação dos espaços afetados pelo incêndio de 2016, através de recursos próprios, visto que não foi aberta qualquer candidatura no âmbito do Portugal 2020 para esse efeito.

A referida melhoria e reabilitação, incidiu na componente residencial da ERPI, nomeadamente no segundo piso do bloco que se localiza mais próximo da APPACDM, transitando os trabalhos para 2018, conforme o respetivo Plano de Atividades e Orçamento.

Este facto condicionou o desempenho da instituição, quer ao nível da capacidade e quer ao nível dos seus rendimentos. Não obstante, os trabalhos prosseguiram de forma gradual e sempre com base nos recursos disponíveis para a efetivação do investimento em causa.

Deste modo, a 31 de Dezembro de 2017 estavam na resposta social de ERPI 106 utentes, um decréscimo de 11 beneficiários, face a período homólogo do ano anterior, tendo ao longo do ano sido apoiados 133 utentes (entradas, saídas, óbitos).



Breve Caracterização Utentes ERPI

Tendo como referência o total dos utilizadores da ERPI (133), verificou-se que a média de idades cifrou-se nos 84 anos, sendo a idade máxima 98 anos e a mínima 55 anos.

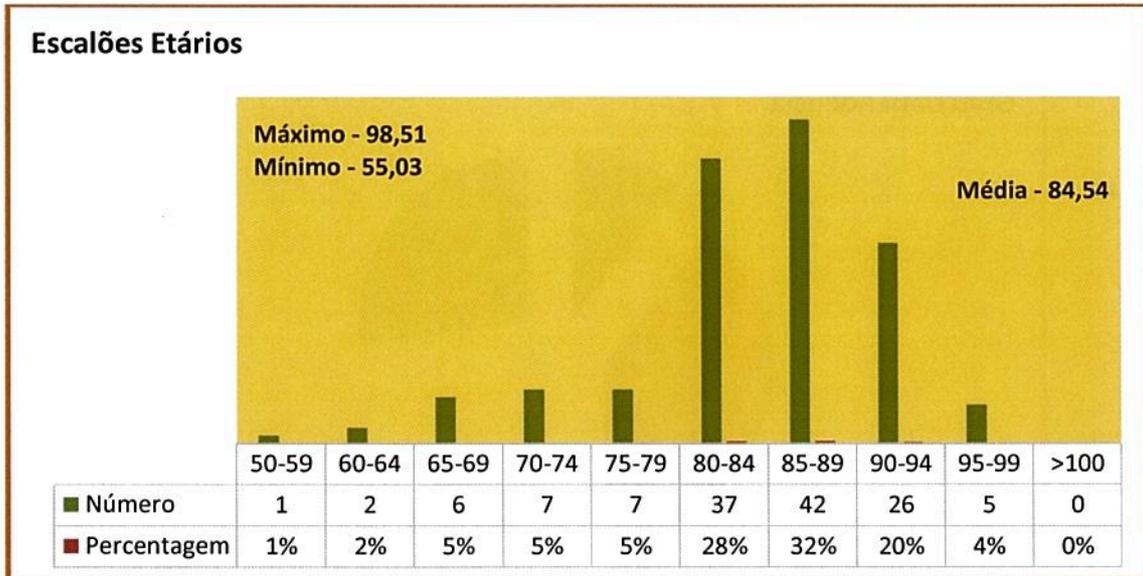


Gráfico n.º 1: Distribuição Etária

A predominância do género manteve-se no sexo feminino com 66%, sendo o estado civil dominante o viúvo com 59%.

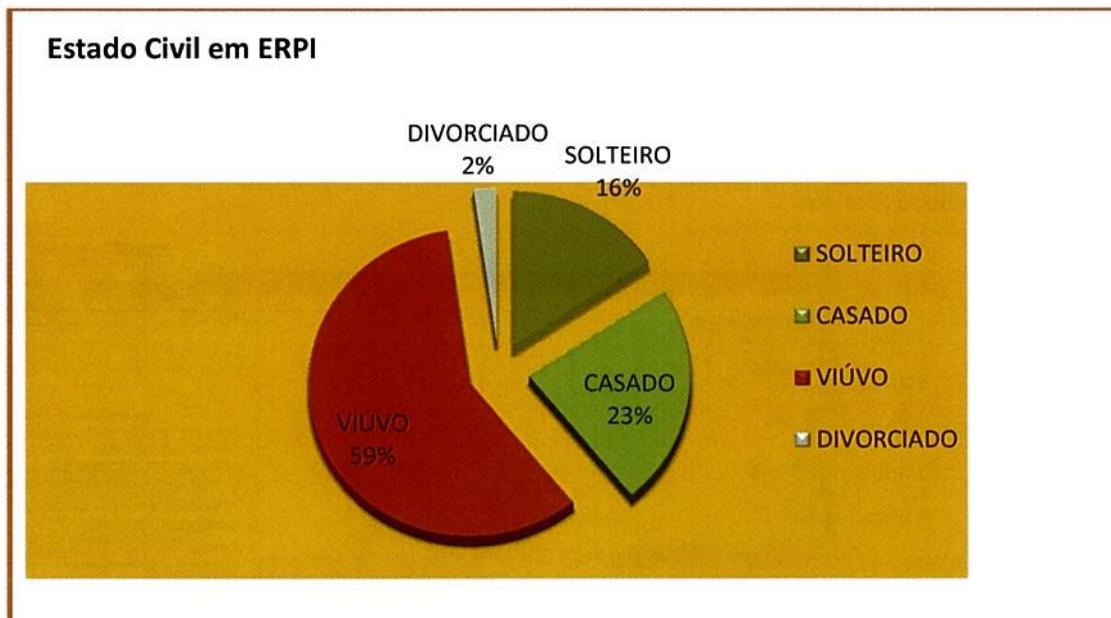


Gráfico n.º 2: Estado Civil



Quanto ao grau de dependência podemos afirmar que 73% do universo dos residentes ao longo do ano de 2017, não eram autónomos, sendo que destes, 11% era mesmo grandes dependentes.

Podemos então afirmar que apenas 27% dos utentes de ERPI eram autónomos, valor que reduziu face ao ano transato em 2%.

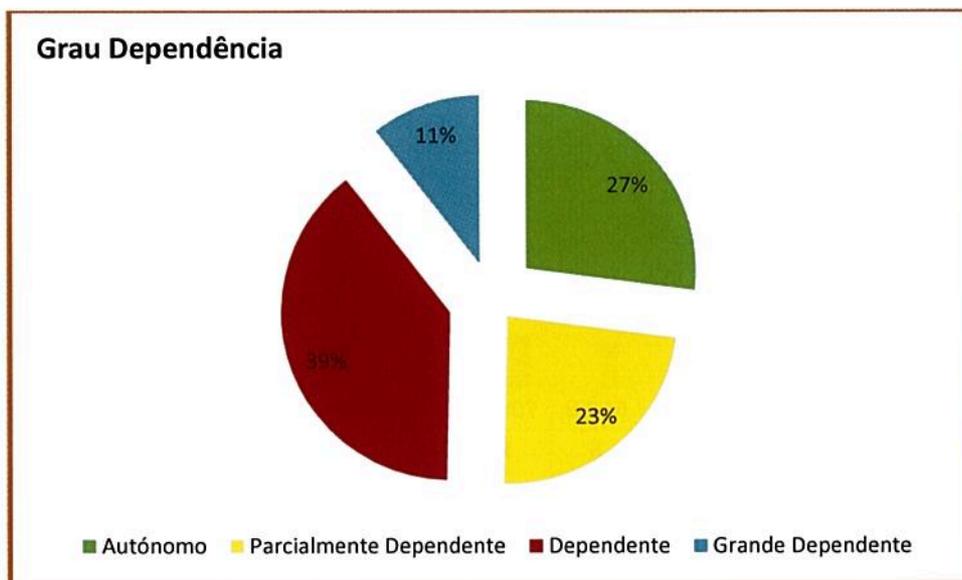


Gráfico n.º 3: Graus de dependência

Quanto à média de permanência na resposta de ERPI ela atingiu no ano transato 5,4 anos, embora 17% dos residentes já o sejam há mais de 10 anos, o que não deixa de ser significativo, face ao aumento da esperança média de vida.

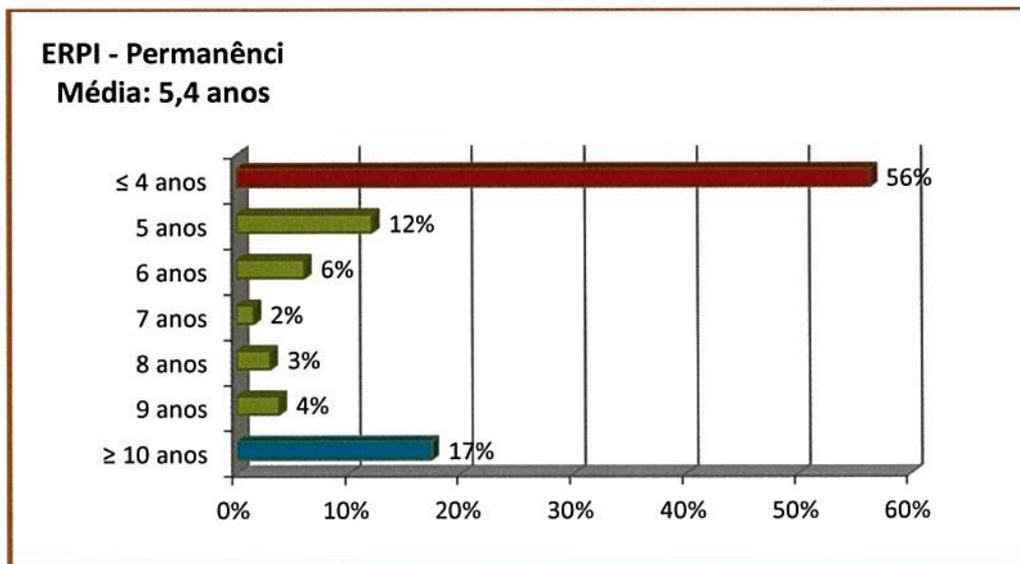


Gráfico n.º 4: Permanência em ERPI



Outro aspeto a reter no âmbito da caracterização dos utentes da resposta de ERPI prende-se com os motivos da admissão e, neste caso, os dados recolhidos confirmam que a grande maioria ingressa neste equipamento por necessidade de apoio, ou seja, 73% recorrem a este serviço por motivos relacionados com a satisfação das suas necessidades.

Não será pois de descurar a relação existente entre o grau de dependência verificado em gráfico anterior e a componente da necessidade de apoio, constatando-se que cada vez mais, são os idosos com menor autonomia que procuram esta resposta social.

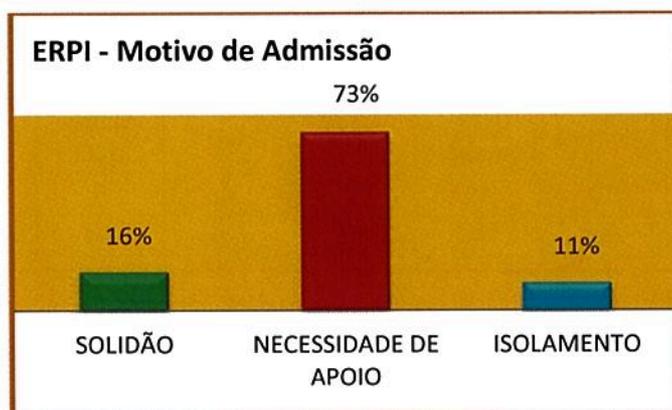


Gráfico n.º 5: Motivos de admissão

Quanto à proveniência dos utilizadores da ERPI verificou-se que 76% eram oriundos do domicílio, o que faz todo o sentido, face à questão da necessidade de apoio, especialmente quando nos recordamos que 59% (gráfico n.º 2) tinham como estado civil viúvo, o que indicia uma vivência mais isolada, situação aliás reforçada com a tipologia da família, neste caso a predominância (41%) é unipessoal, ou seja, só 1 elemento.

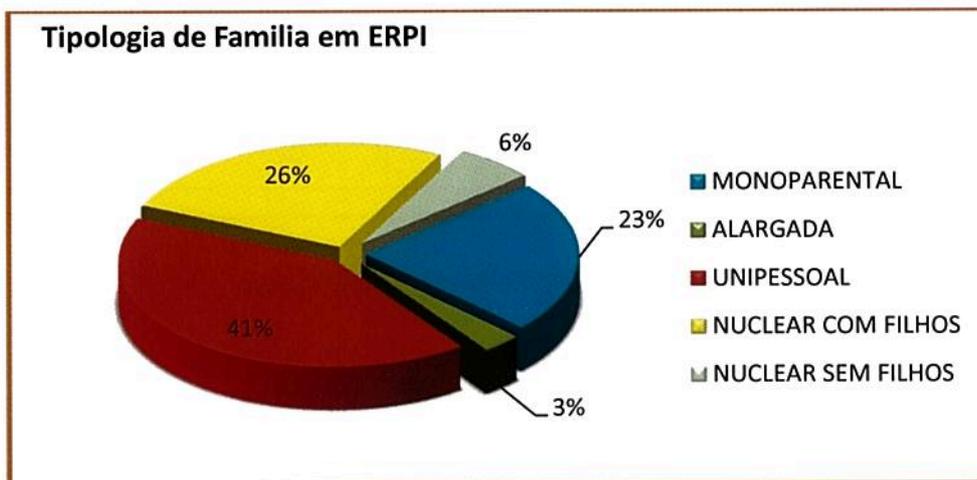


Gráfico n.º 6: Tipologia Familiar



No entanto, não pode ser descurado que uma percentagem com relevo, neste caso 18%, são provenientes de outros serviços desenvolvidos pela Misericórdia, designadamente o Hospital Dr. Fernando Valle (UCCI), o Centro de Dia e o SAD.

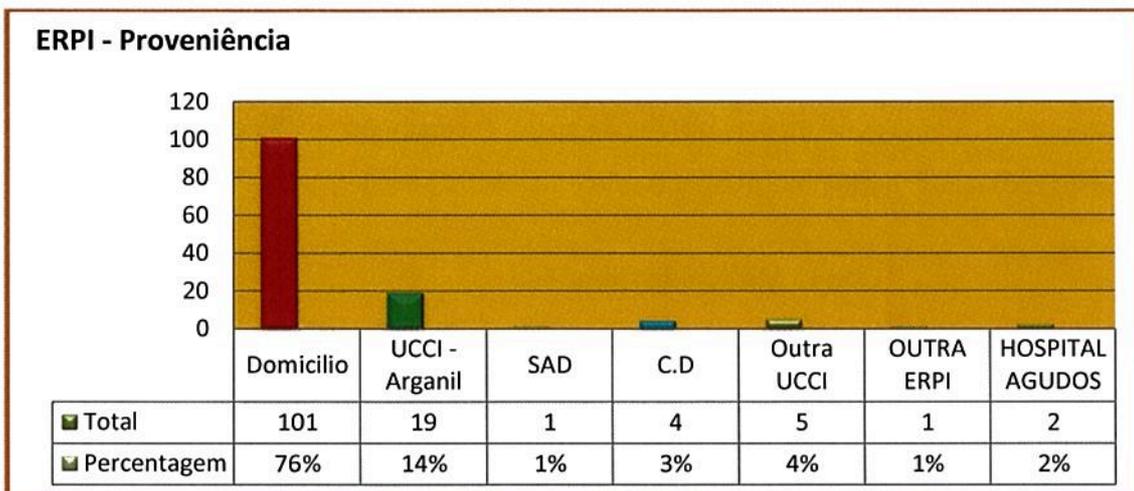


Gráfico n.º 7: Proveniência dos Utentes

Outro dado de relevo prende-se com o facto de que 46% (61) dos utentes apresentava problemas do foro psicológico e/ou neurológico, sendo que, de forma mais específica, 23% eram portadores de demências.

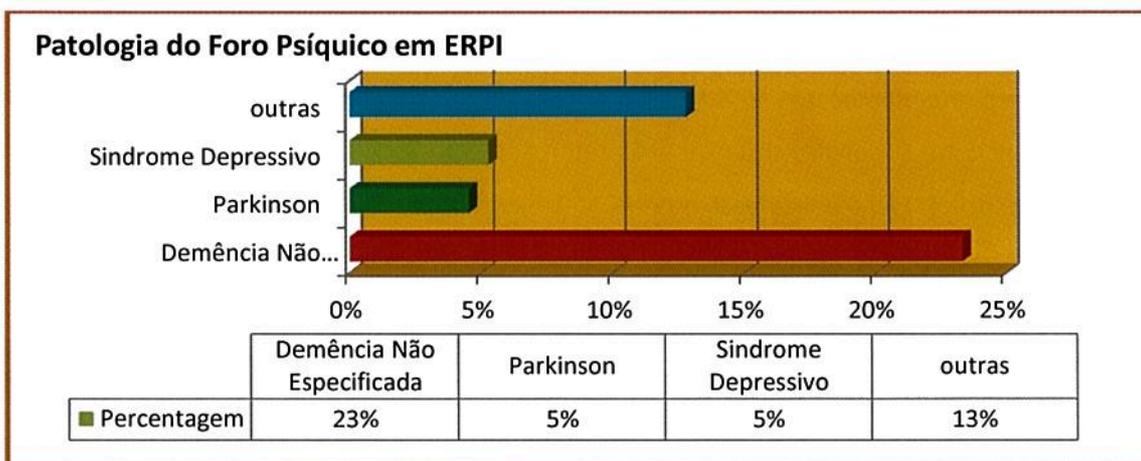


Gráfico n.º 8: Patologias do Foro Psíquico

Quanto a outro género de patologias concluiu-se que a Hipertensão Arterial (HTA) correspondia a 47% da população, seguindo-se a Diabetes Mellitus com 27% e logo a seguir o Colesterol com 23%.



➤ **Manutenção dos níveis de frequência nas respostas de Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário**

A sustentabilidade da Instituição passa pelos níveis de frequência das suas respostas sociais, em virtude dos Acordos de Cooperação estabelecidos com o Setor Estado.

Nesse sentido, a Misericórdia procurou assegurar as condições para que nas respostas de Centro de Dia e SAD não se tivessem verificado grandes oscilações, visto que no âmbito da resposta social de ERPI estas eram inevitáveis.

Relativamente ao Centro de Dia (sede e Secarias) a 31 de Dezembro estavam a frequentar esta valência 57 pessoas, superior ao mesmo período do ano de 2016 (56), destacando-se que, ao longo do último ano, foram apoiadas 66 pessoas (entradas, saídas – óbitos, mudanças de serviço, etc).

A subida dos índices de frequência nos últimos anos, apenas tem sido possível graças à **manutenção de um leque alargado de serviços fornecidos** e que vão desde o transporte, passando pelos cuidados de enfermagem, acompanhamento técnico, atividades de animação, tratamento de roupas e alimentação. Realçar que o Centro de Dia Sede funciona todos os dias da semana.

Quanto ao SAD verificou-se que a 31 de Dezembro o número de utilizadores era de 27 pessoas, sendo que em igual período de tempo de 2016 a frequência era semelhante. No entanto, ao longo de 2017, recorreram a esta resposta social 35 pessoas (entradas, saídas – óbitos, transferência de serviços, etc).

🚧 **Caracterização utentes – Centro de Dia**

A média de idades do público nesta resposta social é de 80 anos, realçando-se que o escalão etário predominante está situado no intervalo 81-85, **o que revela bem que a existência de serviços de saúde, a par de outras atividades, promove a manutenção dos mais velhos nas suas comunidades.**

Recordamos que a média de idades em ERPI/Lar é de 84,54 anos, o que significa que aposta na expansão dos serviços ao CD contribui para retardar a institucionalização.

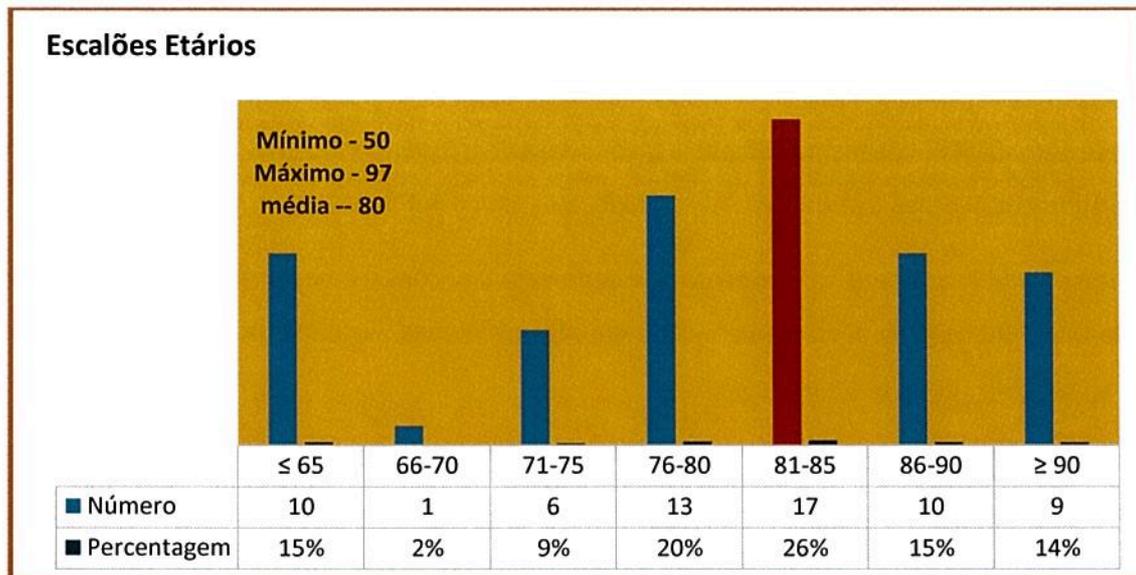


Gráfico n.º 9: Distribuição Etária

Podemos então afirmar: **“os idosos entram mais tarde em ERPI/Lar e com menor grau de autonomia, prolongando a sua permanência nas respostas que mantêm a sua ligação à residência habitual, Centro de Dia e SAD, desde que estas últimas tenham melhores e mais serviços.**

O género predominante continua a ser o feminino com 67%, enquanto que a larga maioria dos utilizadores desta resposta social são completamente autónomos (70%).

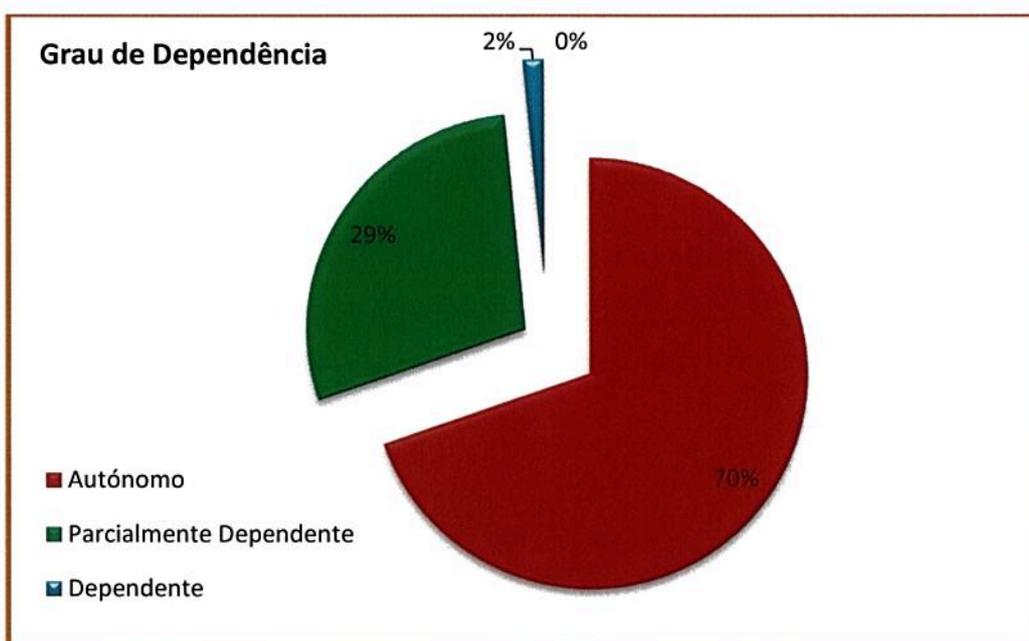


Gráfico n.º 10: Grau de dependência dos utentes



No que diz respeito ao estado civil, constatou-se que 45% dos utilizadores são casados, sendo habitual a frequência de marido e mulher, enquanto 42% são viúvos.

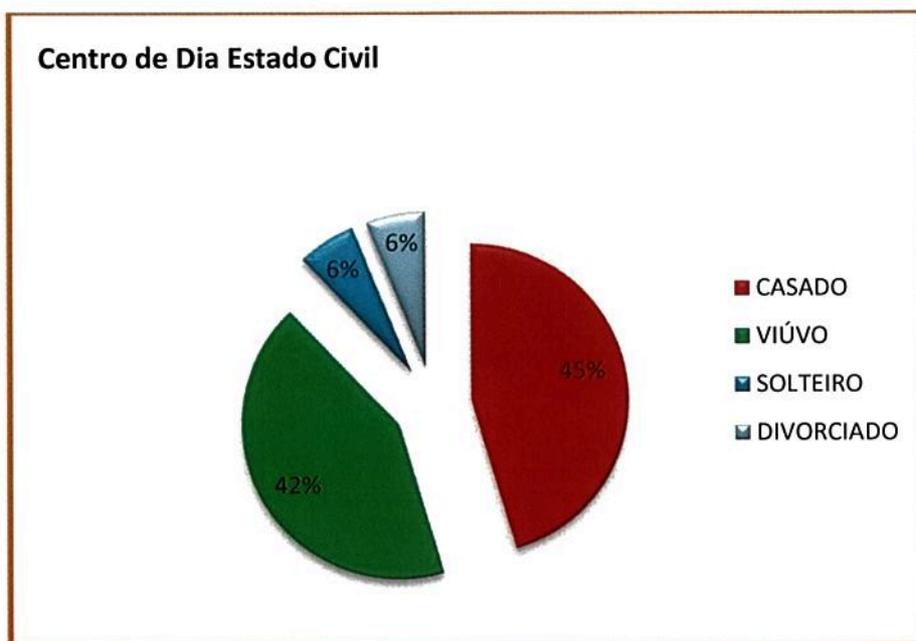


Gráfico n.º 11: Estado Civil

Quanto ao tempo médio de permanência desta resposta social ela é de 3,7 anos, sendo que os motivos que levam à procura deste tipo de estrutura prende-se com a necessidade de ocupação, com 44% e depois a necessidade de apoio, com 30%.

O que nos permite perceber que se as pessoas tiverem formas de manterem os seus dias preenchidos a procura de outras respostas sociais é desnecessária, exceto se existirem necessidades de apoio mais específicas, ou situações de solidão e isolamento.

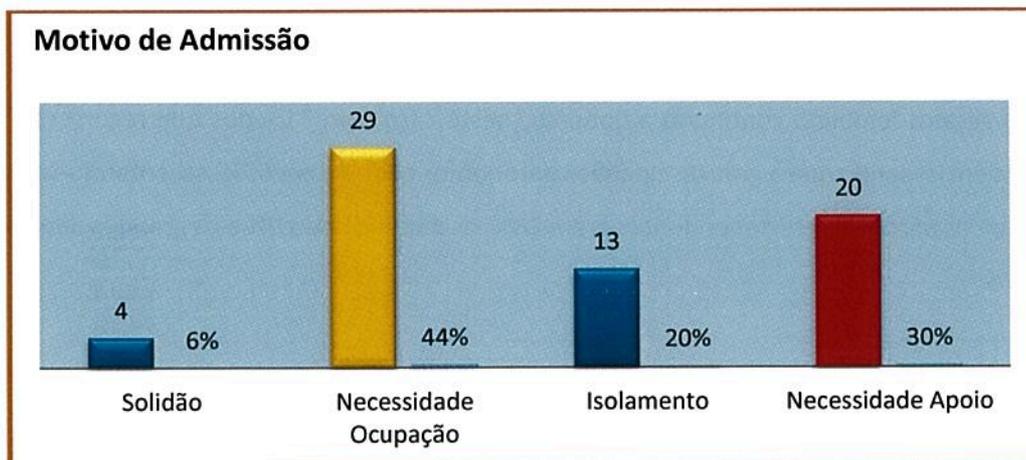


Gráfico n.º 12: Motivos de admissão



De referir ainda que 42% dos utilizadores da resposta de Centro de Dia apresentavam problemas de Hipertensão Arterial, 26% Diabetes Mellitus e 18% Colesterol, o que traduz bem a **importância da existência de serviços de saúde**, designadamente de enfermagem, para o controle e monitorização destas situações.

Quanto á origem dos encaminhamentos para esta resposta social a maioria, 55%, parte da iniciativa dos próprios, o que revela a tomada de consciência junto deste público da possibilidade de acesso a vários serviços de forma gratuita, ou menos onerosa, conforme os rendimentos.

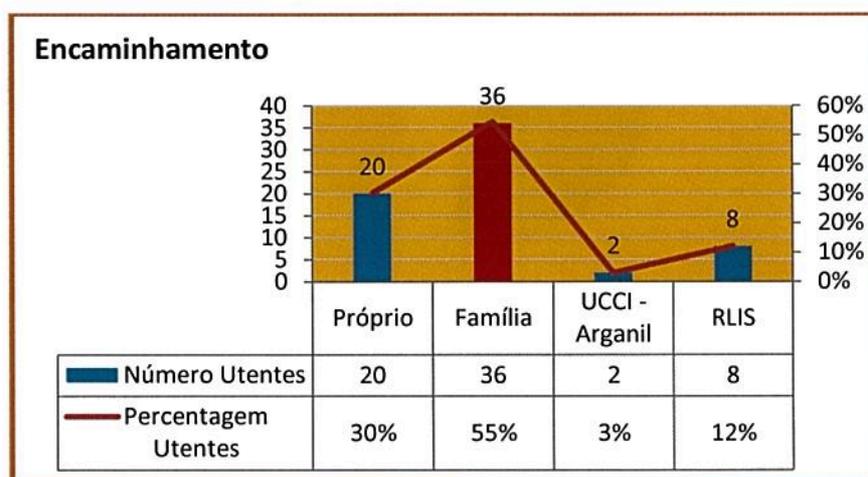


Gráfico n.º 13: Encaminhamento / Proveniência

📌 Caracterização Utentes – SAD

No que diz respeito ao SAD a média de idades foi de 76 anos, com maior prevalência na faixa etária situado no intervalo 81-85 anos, com 29% do universo de utilizadores (35).

O género feminino continuou a dominar, neste caso com 71% dos que recorreram a esta valência, sendo que o grau de cidadãos autónomos cifrou-se em 60%, salientando-se contudo que os parcialmente dependentes eram 28%, os dependentes 9% e os grandes dependentes 3%.

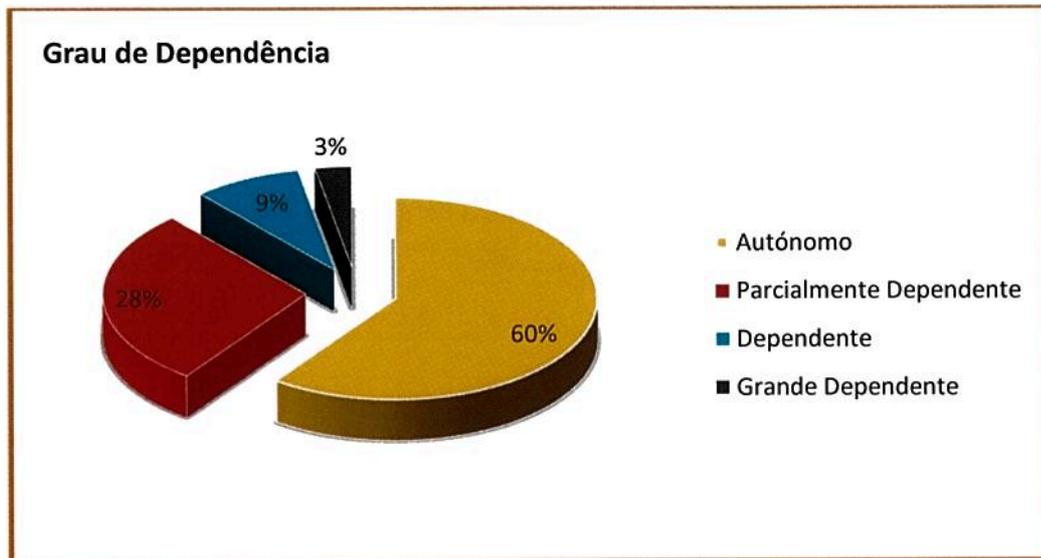


Gráfico n.º 14: Grau de Dependência

Face á demonstração gráfica percebemos que neste tipo de resposta social, comparativamente com o Centro de Dia, o número de pessoas com dependência passou a representar 40% (parcialmente dependentes, dependentes e grandes dependentes) o que se reflete no tipo de serviços prestados no domicilio, com destaque para os cuidados de enfermagem que foram prestados a 91% dos utentes.

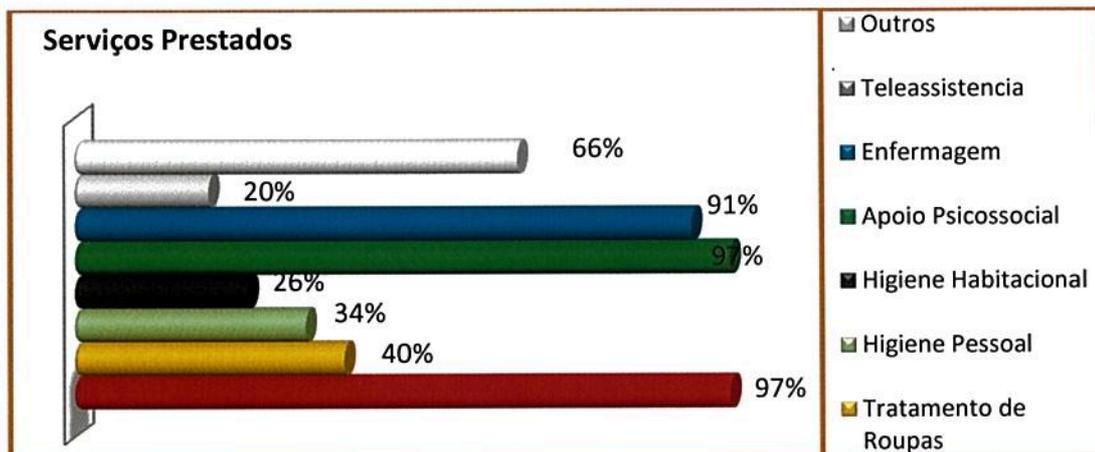


Gráfico n.º 15: Serviços Prestados junto dos Utentes

No que concerne aos motivos da procura deste equipamento podemos referir que 91% recorreram ao SAD por necessidade de apoio, designadamente através dos serviços assegurados por esta valência, o que revela diferenças significativas em relação ao Centro De dia.



Assim, podemos salientar que, enquanto a procura da resposta de Centro de Dia prendia-se muito com a necessidade de ocupação por parte do respetivo utilizador, a procura da resposta de SAD foi intensamente relacionada com a necessidade de apoio direto.

A esta última situação não é alheia ao facto de que foi a Família (46%) e a RLIS (37%) a encaminhar / sinalizar as situações para o SAD.

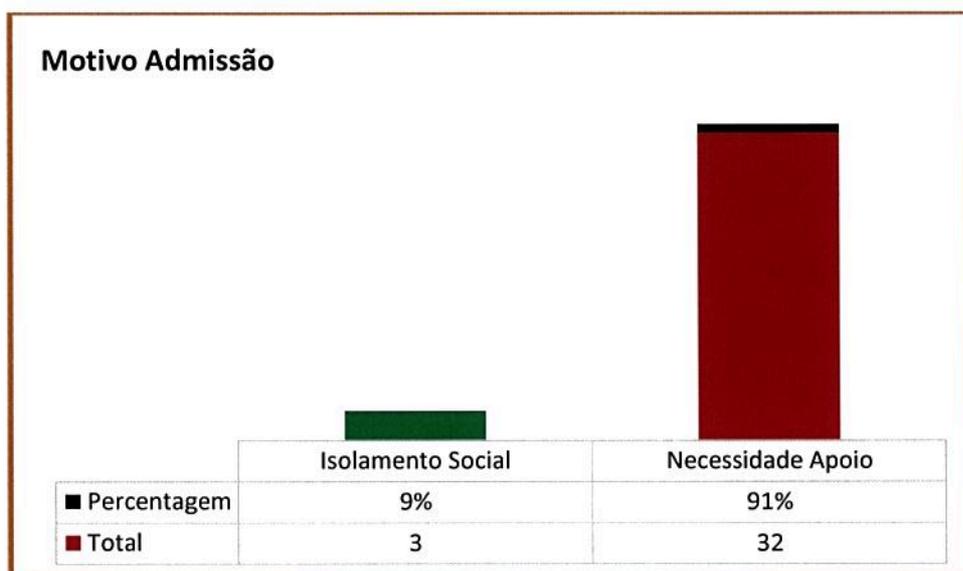


Gráfico n.º 16: Motivos de Admissão

1.1.2 | Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) | Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)

No âmbito da intervenção da Misericórdia junto do público mais jovem, a Instituição desenvolve dois tipos de respostas sociais. Neste caso o Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) e as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).

Face às particularidades do funcionamento destas duas valências, a análise às mesmas deverá ser efetuada tendo por base partes dos anos letivos 2016/2017 e 2017/2018.

Sem prejuízo de uma análise mais pormenorizada, destacamos como positivo, a **inversão dos níveis de frequência destas duas respostas sociais**, contrariando a curva descendente anteriormente verificada.



Este aumento da procura, que obrigou a um reajuste dos seus recursos humanos, poderá ser explicado **pela qualidade dos serviços e pela concentração populacional na Vila de Arganil.**

De igual modo, **o funcionamento do CATL nos 12 meses do ano e a manutenção de uma política de aplicação de mensalidades tendo em conta as particularidades do território**, e que se traduz no congelamento de alguns escalões, contribuem para a explicação deste aumento, face ao previsto.

No que diz respeito ao CATL, podemos dizer que esta resposta procede ao acompanhamento de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, embora, pontualmente e excecionalmente, se tenha verificado o apoio a crianças com 4 e 13 anos, face a aspetos de ordem social.

Em relação à análise da evolução dos índices de frequência podemos afirmar que 2017 ficou marcado por dois momentos distintos e que se cruzam com dois anos letivos também eles distintos, conforme atrás referido.

Assim, e até Junho (ano letivo 2016/2017) os níveis de frequência foram, em média, de cerca de 44 crianças, o que poderá ter relação com alguma instabilidade laboral vivida em algumas unidades fabris do Concelho de Arganil durante esse período.

Contudo, e já em Julho e durante o período de férias, **os níveis de frequência voltaram a subir**, saldando-se a segunda metade do ano com uma média de **frequência de 56 crianças, ou seja, mais 12 crianças (ano letivo 2017/2018).**

Podemos referir que a procura desta resposta foi superior ao previsto em Plano de Atividades e que estimou em 40 esse número.

No que se refere às AAAF estas funcionam no âmbito de protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Arganil, e à semelhança do que sucedeu com o CATL, os níveis de frequência registaram uma subida.

Neste caso, atingiram **um valor médio de 34 crianças (ano letivo 2017/2018)**, também superior ao preconizado no Plano de Atividades que considerou uma estimativa de 28 elementos.

Caracterização Utentes CATL

Em relação às crianças que usufruíram do CATL, podemos dizer que a maioria (57%) eram do género feminino, sendo a média de idades do universo de 7,9 anos.



91% das crianças apresentavam como encarregado de educação a mãe, sendo que 70% do total eram residentes em Arganil, enquanto que 57% tinham 1 irmão.

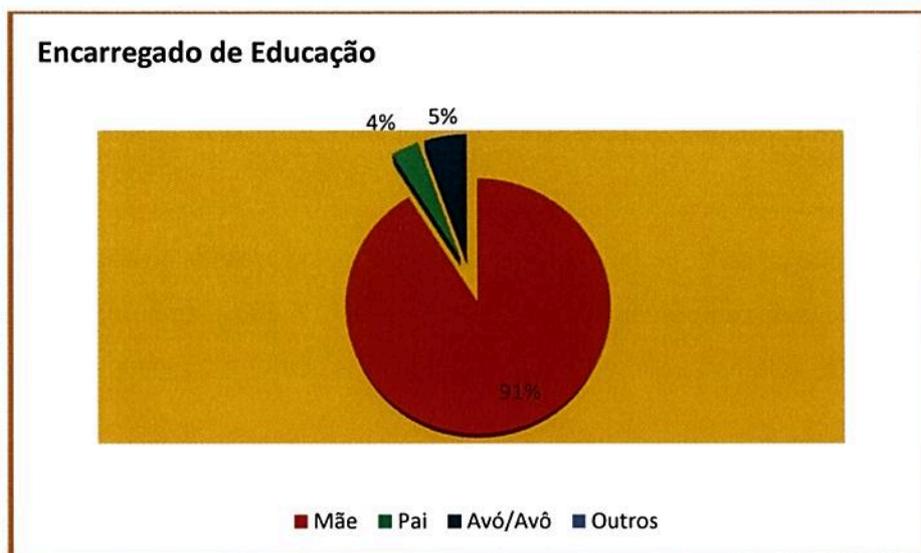


Gráfico n.º 17: Responsável Encarregado de Educação

Preocupante era o facto de 14% dos encarregados de educação estarem em situação de desemprego, enquanto que 25% eram operários Fabris.

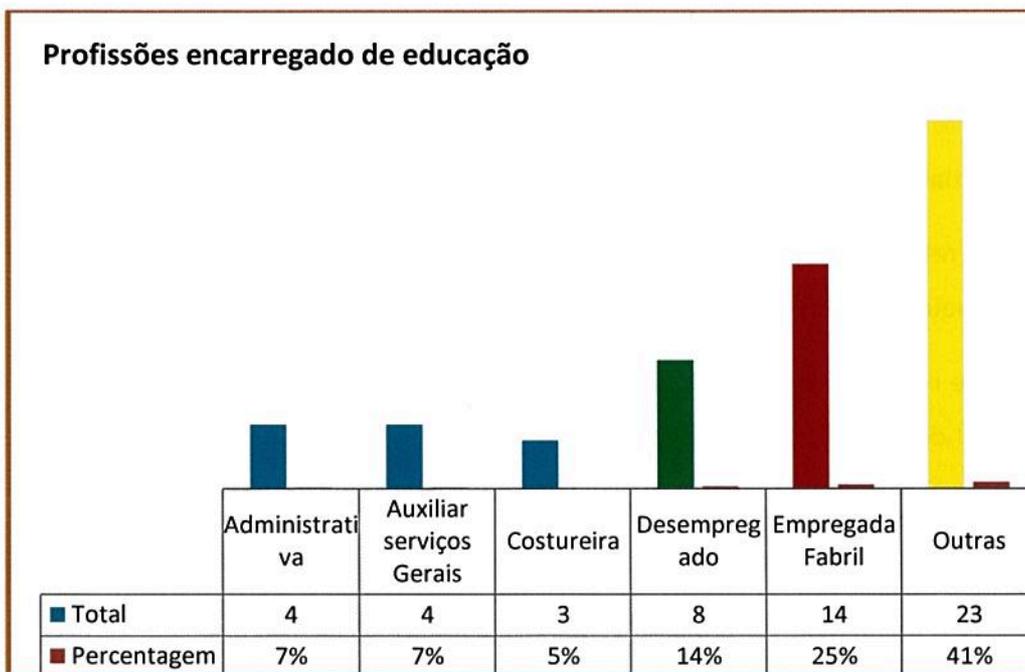


Gráfico n.º 18: Profissão Encarregado de Educação



No que diz respeito ao estado Civil do encarregado de educação, verificou-se que a larga maioria, 71%, eram casados.

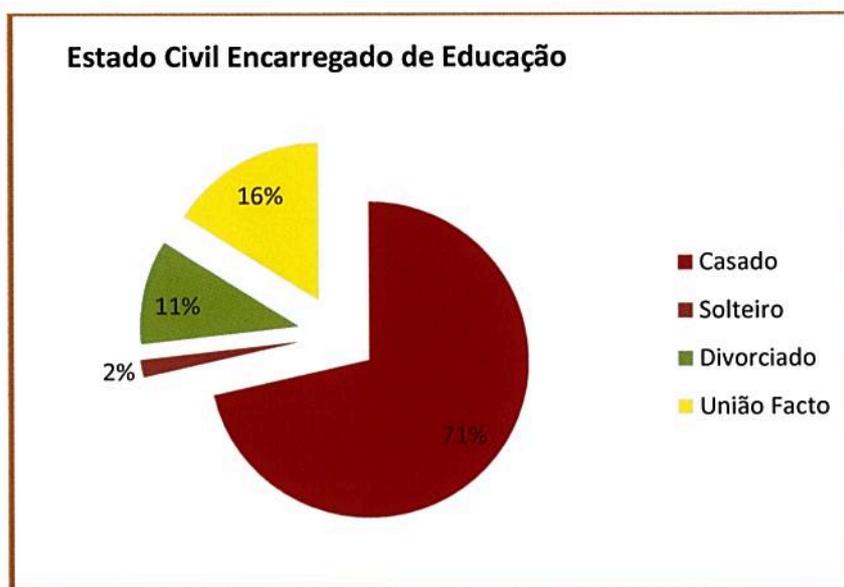


Gráfico n.º 19: Estado Civil

✚ Caracterização Utentes AAAF

Quanto às crianças integradas nas AAAF verificou-se a predominância do género masculino (56%), ao contrário do verificado na generalidade das respostas sociais desenvolvidas pela Instituição, e a média de idades foi de 4,4 anos.

O encarregado de educação era maioritariamente a mãe, neste caso em 94% dos casos, sendo que 79% das crianças residiam em Arganil.

O estado civil predominante era o casado com 71% do universo dos pais, mantendo-se um número significativo de operários fabris (29%) e uma sinalização de 15% de situações de desemprego.

➤ Manutenção do apoio técnico – Terapia da Fala, Nutrição, Acompanhamento psicossocial

À semelhança do que foi feito nos anos anteriores a Instituição manteve um leque variado de serviços destinados às crianças das respostas de CATL e AAAF, com destaque para a terapia da Fala, Nutrição e Acompanhamento Psicossocial.



Neste particular destacamos a terapia da fala, que se tem revelado como uma área de atuação fundamental para o trabalho com as crianças e a promoção do seu desenvolvimento integrado.

Nesse sentido deverá ser referido que a disciplina da terapia da fala acompanhou e trabalhou 21 crianças do CATL e AAAF, utilizando os diversos recursos existentes na Instituição, como foi o caso da Sala de Snozelen – Dr. Armando Dinis Cosme.

1.1.3 | Ações Diversas

A dimensão da Misericórdia, assim como a sua dinâmica, deram origem a um conjunto de ações que, pela sua dimensão, abrangem todas as áreas de atuação da Instituição.

A este propósito destacamos as matérias relacionadas com a aplicação do Compromisso de Cooperação 2017-2018, essencial para o funcionamento regular das diferentes respostas sociais.

De igual modo a manutenção de uma política de formação e qualificação dos seus recursos humanos, sem esquecer a respetiva monitorização do quadro de pessoal, permitiu aferir quais as principais características dos seus colaboradores e o impacto da Instituição nas dinâmicas locais.

➤ Compromisso Cooperação 2017 – 2018

A área da cooperação com o Setor Estado é fundamental para a existência das Misericórdias, enquanto Instituições complementares à ação desse, nomeadamente na resolução de diversas problemáticas sociais.

Nesse sentido, o desenvolvimento de instrumentos colaborativos entre os dois setores (Setor Social e Setor Estado) tem sido crucial para uma parceria profícua com benefício para as comunidades, dos quais o exemplo máximo é o Compromisso Anual celebrado entre as entidades com estatuto de Instituição particular de Solidariedade Social e o Estado, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP).



No âmbito da análise ao exercício de 2017, foi com agrado que se constatou que a **cooperação teve um incremento de 2,1%**, montante superior ao inicialmente traçado em sede de Plano de Atividades e Orçamento e que se situou em 1%.

Sendo uma atualização maior face ao inicialmente previsto, não podemos esquecer que esta não acompanhou o crescimento de alguns custos, designadamente custos fixos, com especial incidência para o **aumento do Salário Mínimo Nacional (SMN) e que se cifrou em mais 5%**.

De referir que ao nível dos Acordos de Cooperação, a Instituição tinha consignado 95 utentes em ERPI, 59 em Centro de Dia (Sede e Secarias), 60 em CATL e 25 em SAD, ressaltando que, em termos gerais, os números considerados foram mantidos, com ligeiras oscilações.

➤ **Manutenção de política de formação / qualificação e monitorização evolução do quadro de pessoal**

Sendo uma área sensível para a Misericórdia, a componente da formação foi desenvolvida privilegiando os recursos internos, embora a formação externa não deixasse de ser promovida e até tivesse maior representatividade, através de mecanismos facilitadores da participação por parte dos colaboradores da Instituição.

Deste modo, em 2017, há o registo de **334 horas formativas, correspondendo a 42 participantes**, das quais 81 horas foram lecionadas pela estrutura da própria Misericórdia e abrangeu 23 elementos da instituição.

Ao nível da componente interna a área da higiene e segurança foi a mais representativa e privilegiada, concentrando 24% do total da oferta formativa, sendo os restantes 76% assegurados por via externa.

De realçar ainda que os enfermeiros da Instituição realizaram 112 horas de formação, das quais 90 horas certificadas reportaram a Cuidados Paliativos.

A preocupação com os índices de qualificação por meio da formação, assume pois um papel importante na atuação da Instituição, embora esta não possa deixar de ser articulada com os tempos de serviço e a obrigatória gestão dos recursos humanos, atendendo às disponibilidades existentes.



Formar e qualificar, inseridas na lógica de melhoria contínua dos serviços prestados faz todo o sentido; no entanto, a sustentabilidade imediata da Misericórdia nem sempre se coaduna com excessos, pelo que a realização da formação interna veio ajudar a colmatar algumas dificuldades ao nível da concessão de tempos exequíveis para a formação.

Resumo Formação

<i>Tipo</i>	<i>Área</i>	<i>Tema</i>	<i>(h)</i>	<i>Part.</i>	<i>Horas Efetivas</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
<i>Ext.</i>	<i>Higiene e Segurança</i>	<i>Renovação de CAP TSHST*</i>	35	1	35	254	76%
	<i>Gestão</i>	<i>Gestão do Risco</i>	1	1	1		
	<i>Eficiência Energética</i>	<i>Gestão Sistemas de Energia</i>	1	1	1		
	<i>Higiene e Segurança</i>	<i>Conceitos Básicos HST*</i>	25	1	25		
	<i>Recursos Humanos</i>	<i>Tempo de Trabalho</i>	7	2	14		
	<i>Higiene e Segurança</i>	<i>Manobrador de Máquinas*</i>	16	1	16		
	<i>Sociedade</i>	<i>CPCI - Violência na Sociedade</i>	7	1	7		
	<i>Saúde</i>	<i>Saúde Mental</i>	7	1	7		
	<i>Saúde</i>	<i>Prestadores de Cuidados em Lar</i>	2,5	2	5		
	<i>Administrativo</i>	<i>Código dos Contratos Públicos (CCP)</i>	8	2	16		
	<i>Higiene e Segurança</i>	<i>Open Day - Higiene e Segurança</i>	7,5	1	7,5		
	<i>Programas Apoio</i>	<i>Sessão POAPMC</i>	7	1	7		
	<i>Saúde</i>	<i>Gestão de Feridas Complexas</i>	16	1	16		
	<i>Saúde</i>	<i>Cuidados Paliativos*</i>	90	1	90		
<i>Saúde</i>	<i>Estudo HALT3 - Estudo europeu de prevalência de infeções</i>	3	2	6			
<i>Int.</i>	<i>Higiene e Segurança</i>	<i>Boas Práticas de Higiene Alimentar I</i>	3,5	10	35	81	24%
	<i>Higiene e Segurança</i>	<i>Boas Práticas de Higiene Alimentar II</i>	3,5	8	28		
	<i>Higiene e Segurança</i>	<i>Boas Práticas de Higiene Alimentar III</i>	3,5	5	17,5		
Total Global			244	42	334	334	100
* - Formação Certificada							

Tabela n.º 1: Formação promovida



No que concerne à evolução dos recursos humanos verificou-se que o número total de colaboradores em Dezembro de 2017 foi de 141, ou seja, menos 2 do que em igual período do exercício de 2016, com predominância do género feminino (87%) face ao masculino (13%).

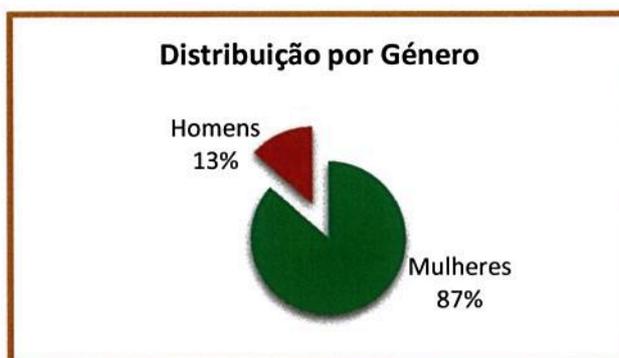


Gráfico n.º 20: distribuição por Género

De referir que o número total de colaboradores integrados nos quadros é de 108, estando os restantes em situação de contrato a termo, ou seja, **mais de 76% tem um vínculo permanente, enquanto os demais têm uma situação laboral estável.**

Volume de emprego	30/12/2011	156
	30/12/2012	148
	31/12/2013	153
	31/12/2014	152
	31/12/2015	149
	30/12/2016	143
	31/12/2017	141

Tabela n.º 2: Evolução do Volume de Emprego

Apesar da preocupação assumida pela Instituição em preservar postos de trabalho, tendo em conta a promoção local da coesão social, esta não deixou de procurar controlar os custos com a rubrica associada a despesas de pessoal, desde logo, através de uma política de adequação dos horários de trabalho e a reorganização dos serviços, numa perspetiva de otimização dos recursos existentes visando uma maior eficácia, como aliás preconizava o respetivo Plano de Atividades.

Por outro lado, não pode ser descurado o facto de que **a Instituição apoia mais de 660 utentes**, entre respostas sociais e projetos de intervenção na comunidade, número este que tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos, o que permite verificar uma relação positiva entre o número de colaboradores e o universo de beneficiários da Misericórdia.



Quanto a algumas características do pessoal, verificou-se que a **média de idades foi de 44,92 anos**, sendo o género feminino aquele cuja média foi inferior, neste caso 42,73 anos, enquanto o género masculino apresentou uma média de idades de 47,12 anos.

O motivo para tal diferença residiu no facto de que o nível de saídas, nomeadamente por reforma, concentraram-se no género feminino, sendo as admissões realizadas, tendo em vista a manutenção da operacionalidade, junto dos escalões etários mais baixos, o que promoveu a redução da respetiva média.



Gráfico n.º 21: Média de Idades Pessoal

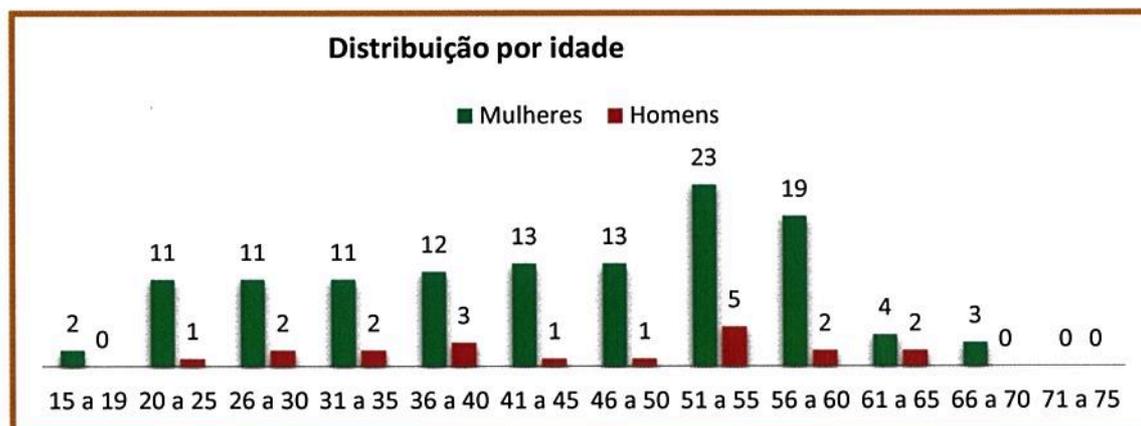


Gráfico n.º 22: Distribuição Escalões Etários

No que se refere às habilitações literárias verificou-se que o ensino secundário manteve a percentagem relativa ao ano de 2016, ou seja, 20% do pessoal tem este patamar de habilitações, enquanto que o ensino básico reduziu de 21% para 19%.

Já o ensino superior passou de 16% para 21%, com incidência na contratação jovem e especializada, designadamente no âmbito dos cuidados de saúde.



		Homens	Mulheres
21,0%	Escolas, Institutos e Universidades (Mestrado)	2	3
	Escolas, Institutos e Universidades (Licenciatura)	2	17
20,0%	Ensino Técnico		1
	Ensino Secundário Técnico (12º Ano)	1	15
	Ensino Secundário (10º, 11º e 12º Ano)	3	11
39,3%	3º Ciclo do Ensino Básico (9º Ano)	6	42
	2º Ciclo do Ensino Básico (6º Ano)	1	9
19,0%	Ensino Básico (4º Ano)	3	24
0,7%	Não sabe ler	1	
100,0%			141

Tabela n.º 3: Habilitações Literárias

Em 2017, a Santa Casa manteve-se como o maior empregador de direito privado com sede em Arganil, o que não deixa de ser de extrema relevância.

Quanto à distribuição da residência verifica-se que 127 dos colaboradores (90,07%) são residentes no concelho de Arganil, com especial incidência na freguesia sede com 88 elementos, 62% do total do universo.

1.1.4 | Academia Condessa das Canas

O espaço da antiga escola do Paço Grande acolhe a Academia Condessa das Canas, cuja maior visibilidade tem sido assegurada pelo Orfeon Maestro Alves Coelho.

Sendo uma ação que se tem vindo a desenrolar ao longo dos últimos anos, a recuperação do emblemático edifício não deixa de ser uma preocupação para a Instituição, contudo esta decorre de acordo com as disponibilidades da Misericórdia.

Por outro lado, neste ano que findou, em virtude dos incêndios que marcaram a nossa região, o referido espaço foi utilizado para acolher um conjunto de bens destinados à população mais afetada.

A este propósito, parte significativa do material entregue à Instituição foi reencaminhado para o Pólo criado pela Câmara Municipal de Arganil na Cerâmica Arganilense, enquanto este funcionou, e para que não se verificassem duplicações.



Posteriormente, e em virtude da colaboração com a SOSArganil e com a UMP, tem sido utilizada para acolher, temporariamente, algum material de apoio, designadamente mobiliário destinado a algumas habitações em fase de reconstrução, assim como diversas plantas destinadas à reflorestação de alguns dos territórios afetados pelos incêndios.

1.1.5 | Orfeon Maestro Alves Coelho

A atividade do Orfeon Maestro Alves Coelho tem vindo a estabilizar nos últimos anos, contudo e apesar de a totalidade das apresentações em 2017 ter sido realizada no concelho de Arganil, estas têm ficado aquém das expectativas, face à qualidade do grupo.

DATA	LOCAL	ÂMBITO
30.04.2017	IGREJA MATRIZ DE ARGANIL	CONCERTO DE PÁSCOA
02.06.2017	IG. MISERICÓRDIA ARGANIL	CONCERTO MEDIEVAL
02.07.2017	IG. MISERICÓRDIA ARGANIL	III ENCONTRO DE COROS DO OMAC
16.12.2017	IG. MATRIZ S.M. CORTIÇA	CONCERTO DE NATAL
23.12.2017	IG. MATRIZ SARZEDO	CONCERTO DE NATAL

Tabela n.º 4: Atuações Orfeon

Atualmente, o Orfeon tem nas suas fileiras 30 orfeonistas, distribuídos por 8 sopranos, 9 contraltos, 6 tenores e 7 baixos.

No entanto, uma parte significativa destes membros encontram-se condicionados por motivos pessoais e profissionais, o que cria sempre algumas dificuldades acrescidas.

Considera-se ainda, que o grupo tem algumas carências (principalmente em determinados sectores/naipes) necessitando de uma renovação geracional, uma vez que a média de idade é de 57 anos, com 68% dos coralistas a terem mais de 60 anos.

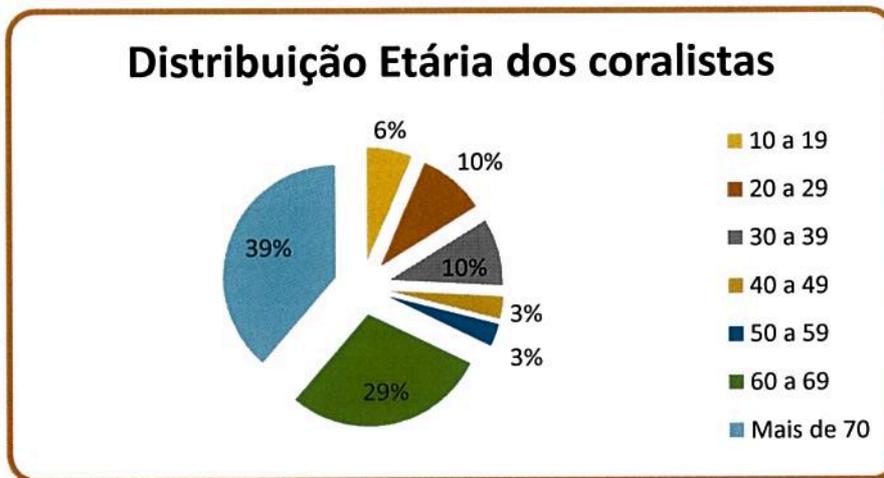


Gráfico n.º 23: Distribuição Etária Coralistas

Sendo o Concelho de Arganil uma terra com fortes tradições musicais, a criação do Orfeon Maestro Alves Coelho não deixou de marcar o panorama local, **possibilitando e contribuindo para o preenchimento de uma lacuna na oferta cultural** e, simultaneamente, tornando-se percursor da criação de outros grupos do género integrados em diferentes organizações da sociedade civil.

1.1.6 | Mata e Jardins

Não há hoje dúvidas de que a preocupação ambiental está presente na forma de atuar da Santa Casa, razão suficiente para que a Mata das Misericórdias seja na atualidade uma referência local, regional e nacional.

Esta projeção apenas só foi possível pelo intenso trabalho dedicado a este espaço natural, assumindo a Instituição uma estratégia que **não pode ser associada a qualquer intenção de gerar lucro, mas antes a de preservar o ambiente**, permitindo ao mesmo tempo que a comunidade Arganilense e não só, possa usufruir deste espaço de excelência para a prática desportiva, o lazer e a cultura.

Com efeito, a intenção foi sempre a de promover um ativo, que se encontra inserido na zona urbana de Arganil, mas cujo valor para a Instituição é incalculável, **especialmente quando os espaços naturais do concelho e da região foram destruídos pelos recentes incêndios.**



Nesse sentido, durante o ano de 2017, realizaram-se diversas atividades na Mata das Misericórdias, nomeadamente o corta mato, no âmbito do desporto escolar promovido pelo Agrupamento de Escolas de Arganil, e que reuniu mais de 400 jovens.

Também as festividades de St. Isabel se prolongaram para este espaço natural, realizando-se aí o já tradicional almoço com os convidados e Órgãos Sociais da Instituição.

Para além destas e de outras atividades que tomaram lugar na Mata, a Instituição não descurou os trabalhos de limpeza e manutenção das diversas áreas que integram o referido espaço, com especial preocupação aquando dos meses marcados pela tragédia dos incêndios, tendo sido mobilizados diversos elementos da Misericórdia para a proteção a deste património natural.

De referir a aquisição de material destinado à limpeza da Mata, nomeadamente uma “capinadeira”, bem como o início dos trabalhos destinados à manutenção do pinhal novo.



Foto nº 1: Limpeza e preparação Pinhal Novo (Pinheiro Manso)



De igual modo, os viveiros existentes na Instituição e criados a partir da mesma Mata, têm possibilitado a reflorestação interna, assim como o apoio a outras iniciativas promovidas por outros grupos, como é o caso do Agrupamento de Escuteiros de Arganil no âmbito de plantações realizadas no Mont'Alto.



Foto n.º 2: Preparação Plantas Viveiro para Escuteiros

1.1.7 | Projetos de Intervenção Comunitária – Cantinas Sociais | RLIS | Atividades Socialmente Úteis (ASU) | Protocolos de Cooperação Instituições e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)

Nos últimos anos uma das vertentes mais ativas no seio da Misericórdia tem sido o desenvolvimento de projetos destinados à comunidade, com destaque para o programa das Cantinas Sociais e a Rede Local de Intervenção Social (RLIS).

➤ Cantinas Sociais

Embora o término das Cantinas Sociais seja perspetivado desde algum tempo a esta parte, foi possível, em 2017, a manutenção desta resposta de emergência, tendo a Misericórdia assegurado, direta e indiretamente, o fornecimento de **26397 refeições**, sendo que destas, **1189 foram asseguradas no âmbito dos incêndios de Outubro último (Outubro, Novembro e Dezembro).**



Com efeito, e mediante uma rede de parcerias constituída pelo Centro Sociocultural de Anseriz, a Associação Humanitária do Barril do Alva, o Centro Paroquial do Sarzedo, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Cova do Alva, o Centro Social dos Cepos e, mais recentemente, a Cáritas Diocesanas de Coimbra, a Misericórdia conseguiu atuar em todo o território concelhio.

Esta forma de atuar da Misericórdia de Arganil assegurou o envolvimento de diversas Instituições locais, assim como a transferência de verbas para as mesmas.

De realçar que até Setembro, inclusive, foram fornecidas até 75 refeições diárias, sendo que no mês de **Outubro**, se verificou uma **diminuição de 17%**, **16% em Novembro** e **22% em Dezembro**, fruto da **redução imposta pelo Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra (CDSSC)**.

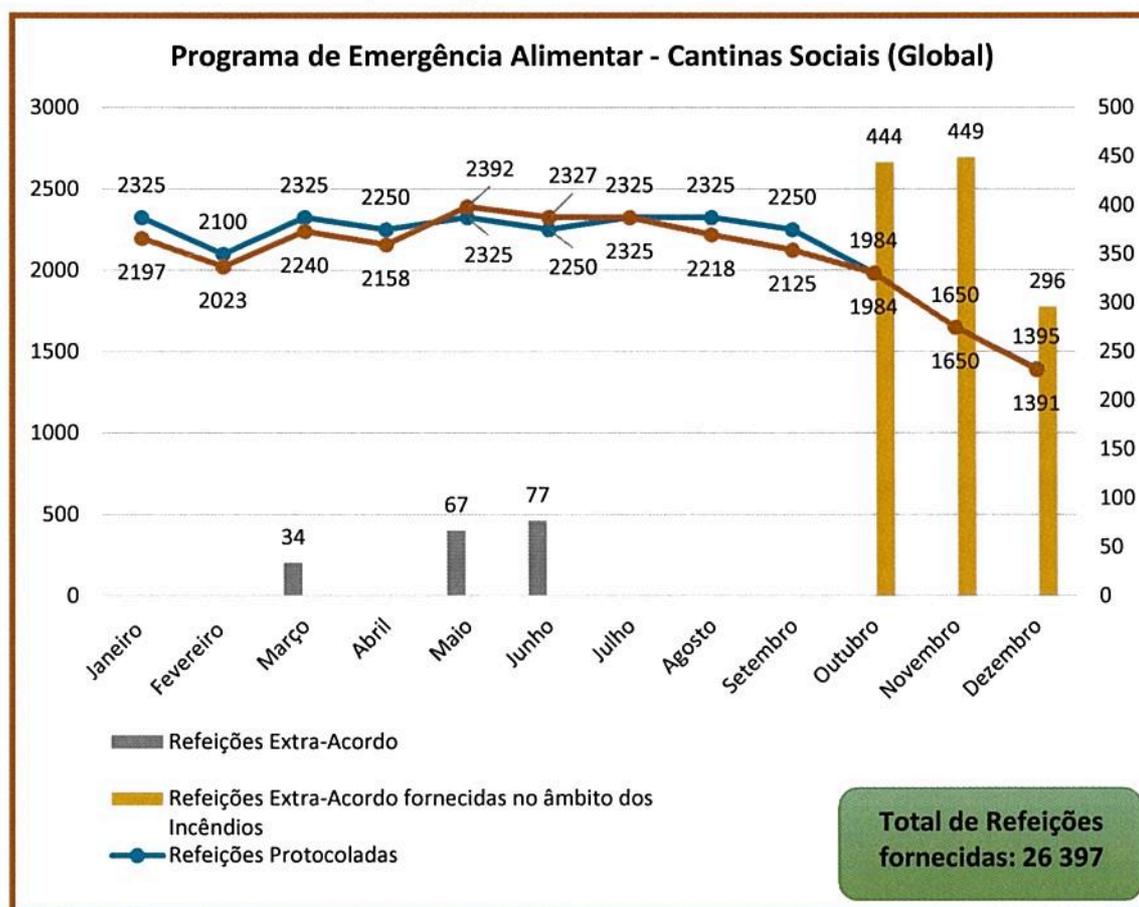


Gráfico n.º 24: Refeições Cantinas Sociais

Apesar de ter sido possível a manutenção do Programa das Cantinas Sociais (PEA), importa frisar que, em determinados momentos, a resposta contratualizada com a Segurança Social se revelou insuficiente, pelo que a manutenção do apoio da Misericórdia significou o fornecimento de 178 refeições **extra-protocolo**.

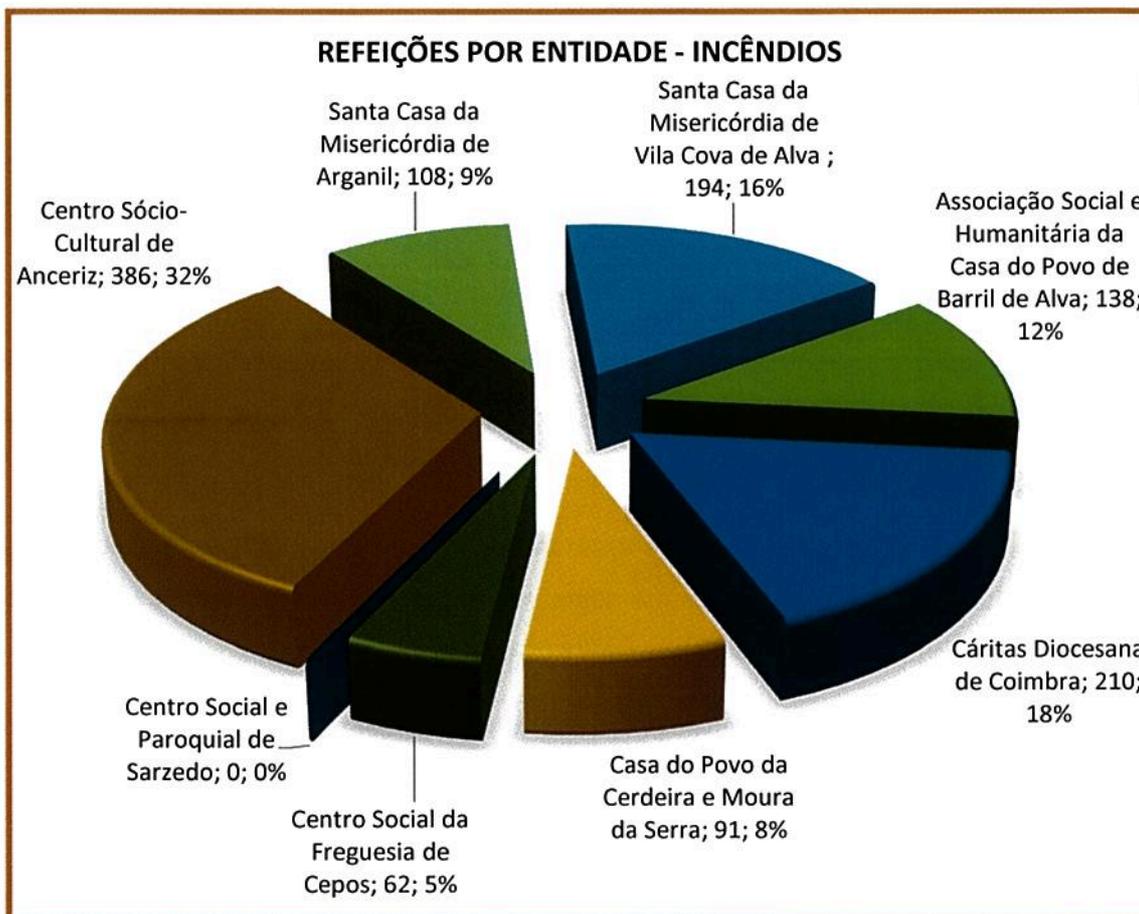


Gráfico n.º 25: Distribuição Refeições Incêndios

A título de curiosidade, apenas referir que a Misericórdia serviu, ao longo do ano de 2017, entre pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar, ceia e suplemento, um total de **343273 refeições, o que dá uma média diária de 940.**

De salientar que desse total de refeições (343273), **173276 correspondem a almoços e jantares.**



➤ **Rede Local de Intervenção Social (RLIS)**



Ao nível da RLIS a Misericórdia assegurou a continuidade dos 9 gabinetes de atendimento ao público, distribuídos pelas localidades de Anseriz, Arganil, Barril do Alva, Cerdeira e Moura da Serra, Coja, S. Martinho da Cortiça e Sarzedo.

Estes espaços estão protocolados com outras tantas entidades aí existentes, o que possibilitou uma estreita parceria e a conjugação de diferentes respostas dinamizadas pela Misericórdia, como por exemplo as Cantinas Sociais já atrás explanadas.

Das tabelas que a seguir se indicam é bem patente a taxa de realização do projeto no âmbito da intervenção junto dos cidadãos, com índices de execução bem superiores a 100%.

Resultados RLIS 2017

- **Atendimento Social**

N.º de Atendimentos Sociais Protocolados	1080
N.º de Atendimentos Sociais Realizados	2576
Taxa de Realização	238%
N.º Total de Beneficiários	2278

Tabela n.º 5: Atendimentos Sociais

- **Acompanhamento Social**

N.º de Acordos de Intervenção Social Protocolados	100
N.º de Acordos de Intervenção Social Celebrados	183
Taxa de Realização	183%
N.º Total de Beneficiários	698

Tabela n.º 6: Acompanhamento Social



Outro aspeto a considerar está associado ao papel desempenhado pela RLIS e outros técnicos da Misericórdia de Arganil, no âmbito do apoio às populações afetadas pelos incêndios, beneficiando da rede de gabinetes de atendimento espalhadas pelo território.

Desde a primeira hora, a RLIS, através da plataforma informática que utiliza, no âmbito do Protocolo existente com o Instituto de Segurança Social (ISS,IP), recolheu dados e acompanhou diversas situações, dando apoio aos técnicos da Unidade Móvel destacada pela Segurança Social, os técnicos da Autarquia, CCDRC e colaborando com a SOSArganil.

Para além disso, a RLIS recorreu à estrutura interna da Misericórdia, conjuntamente com profissionais de diversas áreas e setores, assegurando acolhimento, alimentação, cuidados de saúde e transporte aos afetados pelas ocorrências, quer de Junho e quer de Outubro.

- **Incêndios**

a) Junho de 2017

Locais de Evacuação – SCMA:	• Hospital da Misericórdia
N.º de Cidadãos Evacuados:	12 Evacuados
Proveniência:	• Celavisa Arganil e Góis

Tabela n.º 7: Locais e Cidadãos Evacuados

b) Outubro 2017

- **Evacuações – 15/10 a 16/10 – Fase 1**

-

Locais de Evacuação – SCMA:	• Hospital da Misericórdia • ERPI – Estrutura Residencial Para Idosos
N.º de Cidadãos Evacuados:	51 evacuados
Proveniência:	• Anceriz Arganil • Casal de São José Arganil • Celavisa Arganil • Nogueira Arganil • Pombeiro da Beira Arganil • Rochel Arganil • São Martinho da Cortiça Arganil • São Pedro de Alva Penacova
N.º de Acamados:	5 idosos (ERPI) • 1 Idosa permaneceu na ERPI, aguardando vaga cativa (admitida no Centro social e Paroquial de Côja)
N.º de Crianças:	11 Crianças

Tabela n.º 8: locais e Cidadãos Evacuados (Outubro)



- **Levantamento de Necessidades – Fase 2 | Intervenção RLIS**

Distribuição Territorial	
RLIS	Vila Cova de Alva / Anceriz; Coja / Barril de Alva; São Martinho da Cortiça; Cepos / Teixeira; Cerdeira / Moura da Serra.
Segurança Social CMA	Folques; Benfeita; Pomares; Pombeiro da Beira;

Tabela n.º 9: Território Apoiado

- **Preenchimento de Fichas de Levantamento de Necessidades:**

Vila Cova de Alva Anceriz	66 Fichas • 27 Situações – Danos Habitacionais (1ª Habitação)
Cerdeira Moura da Serra	16 Fichas • 11 Situações – Danos Habitacionais (1ª Habitação)
Côja Barril de Alva	33 Fichas • 10 Situações – Danos Habitacionais (1ª Habitação)
Cepos Teixeira	4 Fichas • 3 Situações – Danos Habitacionais (1ª Habitação)
S. Martinho da Cortiça	35 Fichas • 15 Situações – Danos Habitacionais (1ª Habitação)
Outros	3 Fichas de <u>Pombeiro da Beira</u> • 3 Situações – Danos Habitacionais (1ª Habitação) 1 Ficha de <u>Benfeita</u> • 1 Situação – Danos Habitacionais (1ª Habitação) • 1 Ficha de <u>Arganil</u> .
Totais: 159 Fichas; • 70 Situações – Danos Habitacionais (1ª Habitação)	

Tabela n.º 10: Levantamento de Necessidades

N.º de Atendimentos RLIS (1º atendimento)	210
---	-----

Tabela n.º 11: Atendimentos Incêndios



- **Fornecimento de Bens – Fase 3**

Quanto ao fornecimento de bens, a Misericórdia assumiu a postura de colaboração e não de sobreposição, pelo que a RLIS, em estreita colaboração com outras entidades, designadamente a **Autarquia (Loja Social)** e a **SOS Arganil**, tem vindo a garantir o fornecimento de bens perecíveis (produtos alimentares) e não perecíveis (vestuário, mobiliário, eletrodomésticos, brinquedos).

De realçar a colaboração com a **SOS Arganil**, tendo em vista a viabilidade de implementação de uma **ação de reabilitação/ requalificação de habitações**, tendo a RLIS identificado **52 famílias em situação de carência económica despoletada, ou não, pelos incêndios florestais de outubro de 2017**.

- **Atividades Socialmente Úteis (ASU)**

Ao nível das Atividades Socialmente Úteis (ASU) a Misericórdia acolheu 1 situação, visando a respetiva integração, mantendo-se em vigor o Protocolo celebrado com CDSSC.

- **Protocolos de Colaboração Casa do Povo da Cerdeira e Moura da Serra e Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça**

Também os protocolos com algumas entidades locais no âmbito de colaboração técnica foram mantidos, designadamente o caso dos Protocolos com a Casa do Povo da Cerdeira e Moura da Serra e a Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça.

Em relação ao primeiro manteve-se o apoio **ao nível de cuidados de enfermagem**, com a deslocação de uma enfermeira da instituição (sextas-feiras).

Relativamente à colaboração com a Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça, esta incidiu ao nível da resposta social de CATL, através do desenvolvimento de diversas tarefas:

- Organização de processos individuais de utentes;
- Planificação de atividades anuais;
- Elaboração e envio dos mapas de frequência da segurança social;
- Promoção de reuniões de pais;



- Articulação com diversos serviços de forma a assegurar os procedimentos adequados ao bom funcionamento da IPSS;
- Realização de outras tarefas que se entenderam necessárias no âmbito da resposta social do Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL).

Esta colaboração tem sido efetuada de forma regular, **através da deslocação de um técnico da Misericórdia duas vezes por semana** (segundas-feiras no período da tarde e quintas-feiras no período da manhã), rentabilizando a deslocação da RLIS àquela freguesia, aproveitando-se os recursos existentes, nomeadamente transporte.

Ainda durante o mês de Agosto as crianças que frequentam o CATL da Casa do Povo usufruíram de refeições fornecidas pela Misericórdia.

➤ **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)**

A Misericórdia desde sempre pautou a sua atuação pela disponibilidade em abraçar projetos e medidas de intervenção social, no pressuposto de que estas contribuem para o bem-estar social da comunidade em que se insere.

Não é pois de estranhar que, há vários anos, a Instituição assume papel de relevo no âmbito da atuação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arganil (CPCJ), tendo assento quer na designada Comissão Restrita e que na Comissão Alargada.

Ganha maior importância a presença nas referidas Comissões, porquanto **a Misericórdia assume a representação das instituições com estatuto de IPSS do concelho de Arganil.**

No entanto, o maior destaque deverá ser dado ao trabalho desenvolvido pelos profissionais destacados e cedidos pela Santa Casa ao funcionamento da CPCJ de Arganil, nomeadamente ao nível do acompanhamento de casos.

A este propósito deve ser frisado que a Misericórdia **disponibilizou 3 elementos**, para além do representante institucional, o que possibilita que de um total de 36 processos ativos (dados atualizados Novembro 2017) **os técnicos cedidos para o efeito integram o acompanhamento de 15, ou seja 41,67%.**



De referir que o total de elementos da Comissão Restrita, responsável pelo acompanhamento de processos, conta com 14 elementos, sendo 3 técnicos da Misericórdia.

C.P.C.J. - Arganil

Novembro 2017		
		%
N.º Total de Processos Ativos	36	100%
Outros Técnicos	21	58.24%
Técnicos S.C.M.A.	15	41.67%

Tabela n.º12: acompanhamento de processos CPCJ

1.1.8 | Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC – FEAC) e Programa de Apoio Complementar (PAC)



Foi em Março de 2017, que a Misericórdia abraçou mais um desafio, apresentando candidatura ao **Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)**, cujo financiamento decorre da conjugação de Fundos Europeus (Portugal 2020) e Orçamento de Estado, destinados á distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade.

Coube à Misericórdia de Arganil **coordenar e liderar este novo projeto**, abrangendo os Concelhos de Arganil, Penacova e Vila Nova de Poiares, conjuntamente com as suas congéneres dos referidos territórios e garantido o apoio a **191 indivíduos**, cobrindo assim uma **área geográfica de 634 Km2**.

Com início no segundo trimestre do ano, foram distribuídas, nos três territórios, cerca de **5300 embalagens** individuais de bens alimentares, correspondendo a mais de **4 toneladas de alimentos**. Dos 191 beneficiários, **91 pertencem ao Concelho de Arganil**, enquanto os outros dois concelhos assumem, cada um, **50 beneficiários**.

Ainda na mesma linha de atuação a Misericórdia de Arganil apresentou candidatura ao **Programa de Apoio Complementar à execução do POAPMC**, publicado através do **Despacho n.º 8230-A/2017, de 20 de setembro**, que visou *“uma atribuição de uma participação*



financeira adicional às entidades”, garantindo um reforço do apoio financeiro para as três Instituições que constituem a ação do POAMC - FEAC.

A aprovação das duas candidaturas apresentadas resultou da forte dinâmica de intervenção comunitária e da vasta experiência da Misericórdia de Arganil que, ao longo dos anos, desenvolveu projetos como o PROGRIDE, o CLDS, a RLIS (em curso), o FEAC, o PDIAS, o PCCAC, as cantinas Sociais, entre tantos outros.

1.1.9 | Colaboração com o Secretariado Regional de Coimbra e Secretariado Nacional da UMP

Ao longo dos últimos anos a Misericórdia de Arganil tem pautado a sua ação pela permanente articulação com as estruturas representativas das Misericórdias de Portugal, quer através do Secretariado Regional, quer através do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas.

Nesse contexto, a Instituição tem assegurado a assessoria técnica e apoio ao funcionamento, nomeadamente do Secretariado Regional de Coimbra, através da organização técnica e logística na realização das reuniões do Conselho Distrital, disponibilizando para esse efeito o seu Diretor Geral.

Ainda no âmbito dessa proximidade, tem participado nas Reuniões das Plataformas Supraconcelhias e da Comissão Distrital de acompanhamento dos Protocolos.

No entanto, em relação a 2017, destacou-se o papel da Misericórdia de Arganil **na mobilização das suas congéneres para o desenvolvimento de candidaturas conjuntas ao POAPMC-FEAC, bem como na celebração de Protocolo, no dia 31 de Outubro, com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC)**, visando o apoio às populações afetadas pelos incêndios de Outubro.

Outro aspeto crucial da intervenção da Misericórdia, enquanto responsável pela assessoria técnica, prendeu-se com as diligências realizadas, sob a égide do Secretariado Regional e em conjunto com as diversas Santas Casas do Distrito, para que **fossem mitigados os constrangimentos suscitados pelos atrasos nos pagamentos no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**, tendo inclusive sido realizada em Arganil reunião Distrital onde foi aprovado, por unanimidade, a tomada de posição pública sobre esta matéria.



Contudo, o presente Relatório de Atividades e Contas não pode deixar de recordar a **homenagem prestada pelo Provedor da Instituição, Prof. José Dias Coimbra, ao Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Dr. Manuel de Lemos.**



Foto n.º 3: Homenagem Dr. Manuel de Lemos

1.1.10 | Dinamização de Atividades Lúdico-ocupacionais

A Misericórdia de Arganil tem adotado uma política de manutenção e valorização dos utentes nas suas diferentes respostas sociais, procurando o desenvolvimento de um conjunto de atividades que possibilitem a ocupação diária dos tempos livres e, em complemento, promovam o crescimento pessoal.

Simultaneamente, tem procurado conjugar diferentes ações relacionadas com participação da Instituição em determinados eventos com a presença dos seus utentes, colaboradores e órgãos sociais, na expectativa de fortalecer as relações entre todos os intervenientes que fazem parte da “Família Misericórdia”.

Dois dos exemplos que em 2017 importa realçar, um por ser já habitual e outro por ter sido a primeira vez que a Misericórdia foi convidada a participar, foram, respetivamente, a **participação na Semana Santa em Braga e a presença nas festividades dedicadas à Senhora do Mont'Alto**, neste último caso marcando presença na procissão que teve lugar no Santuário com o mesmo nome.



Outro aspeto de relevo prende-se com o facto de que a Misericórdia, apesar da sua dimensão, não deixa de se associar a atividades desenvolvidas por outras entidades, desde que estas representem uma mais-valia para a ocupação dos seus utentes.



Foto n.º 4: Comitiva da Misericórdia na Procissão "Ecce Homo" com Dr. Manuel de Lemos



Foto n.º 5: Participação na Procissão da Nossa Senhora do Mont'Alto



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM PARCERIA

Atividades – Encontro Sénior Biblioteca Miguel Torga

Calendarização – 25 de Janeiro

Atividades – Gala Solidária CLDS 3G

Calendarização – 31 de Maio

Atividades – Feira Medieval

Calendarização – 2 de Junho

Atividade – Feira das Freguesias

Calendarização – 9, 10 e 11 de Junho

Atividade – Festa de Santa Isabel

Calendarização – 02 de Julho

Atividade – Passeio à Quinta da Malafaia promovido pelo Município de Arganil

Calendarização – 17 de Junho

Atividade – Procissão à Senhora do Mont'Alto

Calendarização – 15 de Agosto

Atividade – FICABEIRA e FEIRA DO MONT'ALTO

Calendarização – 6 a 10 de Setembro

Atividade – Feira de S. Miguel

Calendarização – 6, 7 e 8 de Outubro

ATIVIDADES ANUAIS

Atividade – Cantar os Reis

Calendarização – 06 de Janeiro

Atividade – Desfile de Carnaval

Calendarização – 27 de Fevereiro

Atividade – Afetos em Movimento (Dia dos Namorados)

Calendarização – 14 de Fevereiro

Atividade – Dia Internacional da Mulher

Calendarização – 08 de Março

Atividade – Dia Mundial da Árvore

Calendarização – 21 de Março

Atividade – XXIV Feira do Livro

Calendarização – 30 de Março

Atividade – Celebração Páscoa

Calendarização – Abril



Atividade – Procissão ECCE HOMO

Calendarização – 13 de Abril

Atividade – Dia Mundial do Amigo

Calendarização – 18 de Abril

Atividade – Dia Mundial do Livro

Calendarização – 26 de Abril

Atividade – Celebração do Dia da Bela Cruz

Calendarização – 3 de Maio

Atividade – Dia do Piquenique “Mont`Alto”

Calendarização – 25 de Maio

Atividade – Dia da Ascensão

Calendarização – 26 de Maio

Atividade – Visita ao Santuário de Fátima

Calendarização – Maio

Atividade – Comemoração do Dia Mundial da Criança

Calendarização – 01 de Junho

Atividade – Dia de Santo António

Calendarização – 13 de Junho

Atividade – Jovens & Idosos

Calendarização – 16 de Junho

Atividade – Comemoração dos Santos Populares

Calendarização – 28 de Junho

Atividade – Dia dos Avós

Calendarização – 26 de Julho

Atividade – Dia Internacional do Idoso (Desfolhada; Descamisada; Debulhada de Feijão)

Calendarização – 02 de Outubro

Atividade – Comemoração “Última Aparição da Nossa Senhora de Fátima”

Calendarização – 13 de Outubro

Atividade – Dia Mundial da Alimentação

Calendarização – 16 de Outubro

Atividade – Dia da Bolota

Calendarização – 10 de Novembro

Atividade – Dia de S. Martinho

Calendarização – 10 de Novembro



Atividade – Dia Nacional do Pijama

Calendarização – 20 de Novembro

Atividade – Festa de Natal

Calendarização – 20 de Dezembro

ATIVIDADES PONTUAIS

Atividade – Atelier de Memórias

Calendarização – Janeiro

Atividade – Cada Um É do Seu Jeito

Calendarização – Fevereiro

Atividade – Primaveras Vividas

Calendarização – Março

Atividade – Ler, Viver e Recordar

Calendarização – Abril

Atividade – O Sentido da Alma

Calendarização – Maio

Atividade – Tradições com Vida

Calendarização – Junho

Atividade – Atelier das Gerações

Calendarização – Julho e Agosto

Atividade – As Minhas Terras

Calendarização – Setembro

Atividade – “Comer, Orar e Amar”

Calendarização – Outubro

Atividade – Aprender e Descobrir

Calendarização – Novembro

Atividade – Cuidar dos Outros

Calendarização – Dezembro

Atividade – Programa “Crescer de Mãos Dadas”

Calendarização – Fevereiro, Junho, Julho, Agosto e Dezembro

ATIVIDADES SEMANAIS

Atividade – “Gerontomotricidade”

Calendarização – Bissemanal

Atividade – Celebração da Eucaristia/Palavra

Calendarização – Semanal



Atividade – Animação Sociocultural

Calendarização – Segunda-feira a Sexta-feira

Atividades – Literacia Digital

Calendarização – Semanal

Atividade – “ Leitura de Notícias” (jornal, revistas,...)

Calendarização- Semanalmente

ATIVIDADES MENSAIS

Atividade – Bibliotecas com a 3ªIdade

Calendarização – Mensalmente

Atividade – Comemoração dos Aniversários “Parabéns”

Calendarização – Mensalmente

1.2 | COMPLEXO DE SAÚDE

Se o Complexo Social agrega, maioritariamente, as respostas sociais e projetos cujo principal parceiro é o Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS), já o designado Complexo de Saúde reúne as estruturas cujo funcionamento está protocolado com o Ministério da Saúde (MS), via Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC).

Podemos pois afirmar que este Complexo integra o Hospital Dr. Fernando Vale, com as duas tipologias da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI – UMDR e ULDM), a Unidade de Medicina Física e de reabilitação (UMFR) e o projeto de recuperação do Antigo Hospital Condessa das Canas.

Como nota prévia, não pode deixar de ser referido que **no ano de 2017 os constrangimentos ao nível dos pagamentos devidos pela ARSC mantiveram-se**, o que exigiu da Instituição uma constante flexibilidade na gestão dos recursos disponíveis.



1.2.1 | Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados (UMDR e ULDM)

Sendo essencial para a sustentabilidade desta resposta social os níveis de ocupação, especialmente tendo em conta os atrasos nos pagamentos das participações contratualizadas com a ARSC, a Misericórdia procurou manter uma monitorização atenta e atempada, por forma a garantir taxas de ocupação acima dos 85%.

Com efeito, essa preocupação constante traduziu-se em taxas de ocupação de 94,9% na tipologia de Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) e 98,6% na tipologia de Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM).



Gráfico n.º 26: Taxas de Ocupação nas Tipologias

Importa ainda destacar que, desde a sua entrada em funcionamento em 2007, as duas tipologias existentes no Hospital Dr. Fernando Vale deram resposta a **623** cidadãos utentes, dos quais **488** na Tipologia de Média Duração e Reabilitação (MDR) e **135** na Tipologia de Longa Duração e Manutenção (LDM).

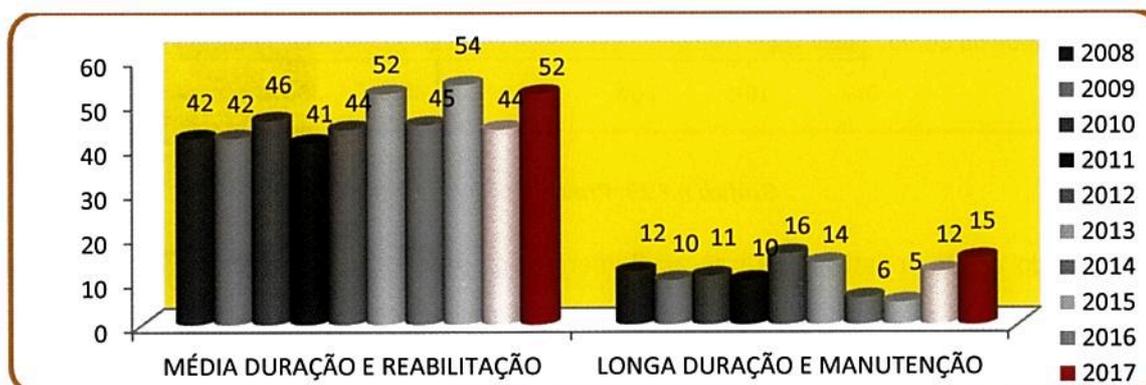


Gráfico n.º 27: Utentes Admitidos



Especificamente e em relação ao ano de 2017, foram admitidos um total de **67 utentes**, 52 dos quais na tipologia de **Média Duração e Reabilitação (MDR)** e 15 na tipologia de **Longa Duração e Manutenção (LDM)** mantendo-se a prestação de cuidados aos utentes anteriormente existentes, tendo a estrutura, no seu conjunto, respondido a 91 pessoas.

De referir que foi na tipologia de UMDR que o número de entradas e saídas foi maior, assim como o universo de cidadãos apoiados, isto porque os períodos de permanência, conforme regulamentação em vigor, são mais reduzidos.

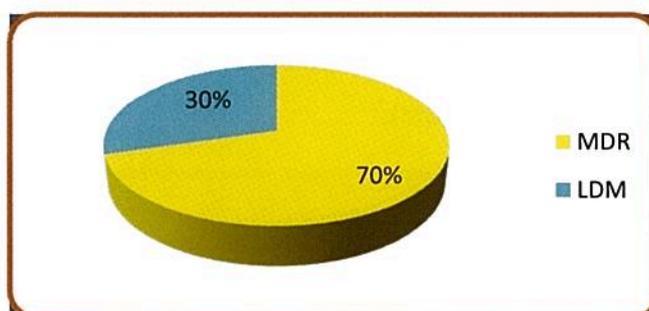


Gráfico n.º 28: % de utentes apoiados

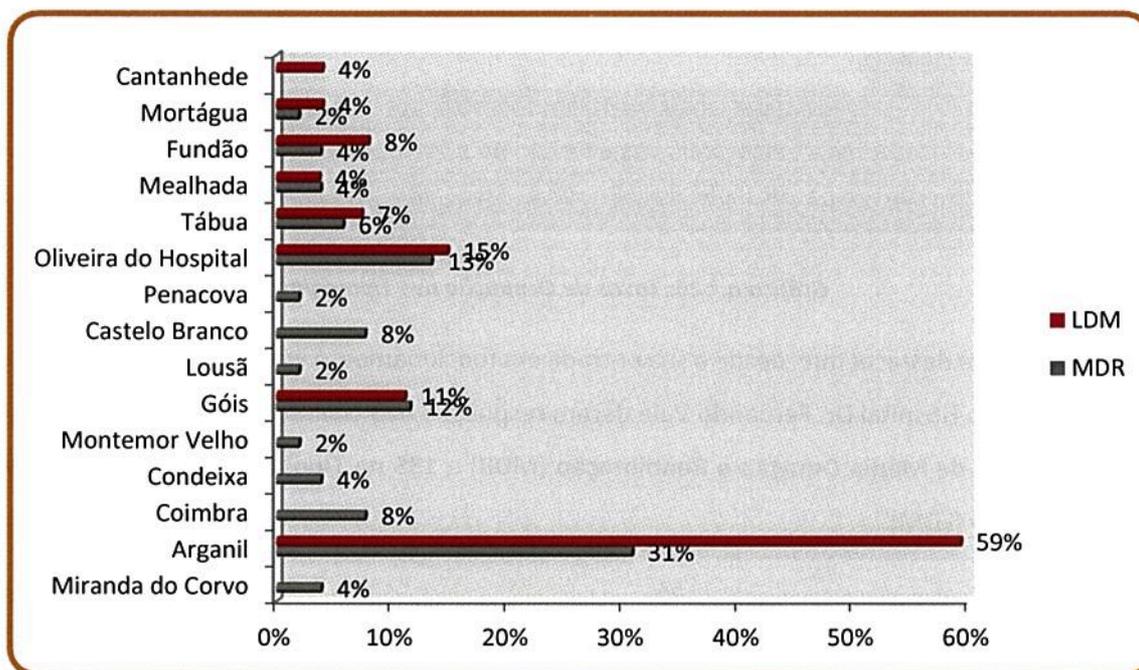


Gráfico n.º 29: Proveniência geográfica

Um dado a reter relativamente ao acolhimento dos utentes no Hospital Dr. Fernando Vale prende-se com a proveniência geográfica dos seus utilizadores, verificando-se que apesar da parte significativa dos utilizadores serem oriundos de Arganil, o seu peso tem vindo a diminuir.



A título de exemplo, em 2016 - 71% dos utentes na tipologia de Média Duração eram originários do concelho de Arganil, em 2017 esse número baixou para 59%.

O mesmo sucedeu com a tipologia de Longa Duração, pois em 2016 - 46% pertenciam ao concelho de Arganil e, em 2017, baixou para 31%.

No sentido inverso os utentes de Oliveira do Hospital aumentaram, passando, respetivamente, de 8% para 15% em Longa Duração e de 4% para 13% em Média Duração.

Com efeito, o Hospital Dr. Fernando Vale tem contribuído para inverter a perda de centralidade do Concelho de Arganil.

Quanto às referenciações continuam a ser os hospitais a ser predominantes no recurso ao estabelecimento da Misericórdia, garantindo a maioria dos encaminhamentos.

No entanto, embora seja entendível que na tipologia de Média Duração os hospitais assumam a liderança, desde logo pelas características que este tipo de resposta apresenta, tal já não é aceitável que na tipologia de Longa Duração o cenário seja dominados por essas estruturas do Serviço Nacional de Saúde.

Na realidade, era expetável que na tipologia de Longa Duração fossem as respostas mais próximas dos cidadãos (Centros de Saúde) a referenciar em maior número, o que não é o caso, conforme apresentado no gráfico em baixo.

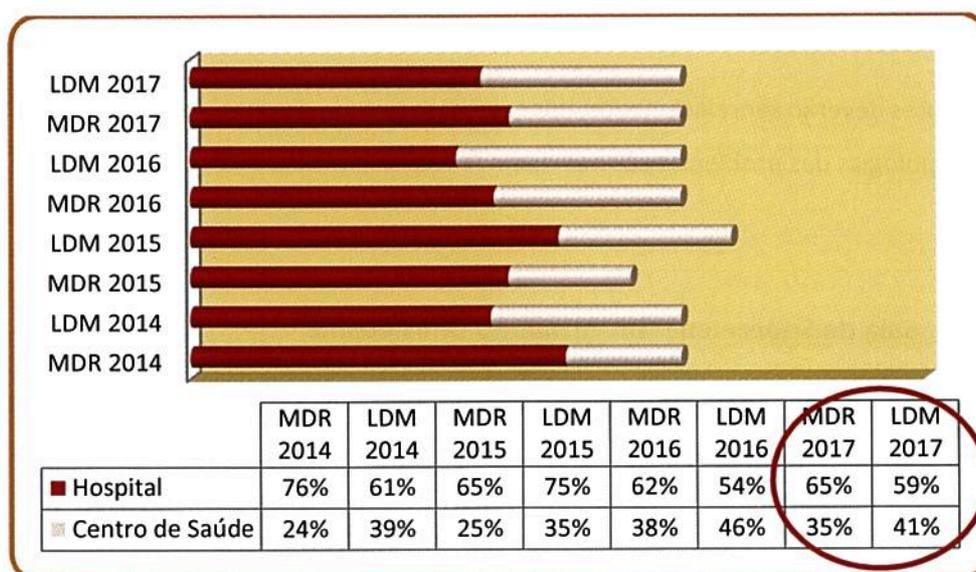


Gráfico n.º 30: Referenciações

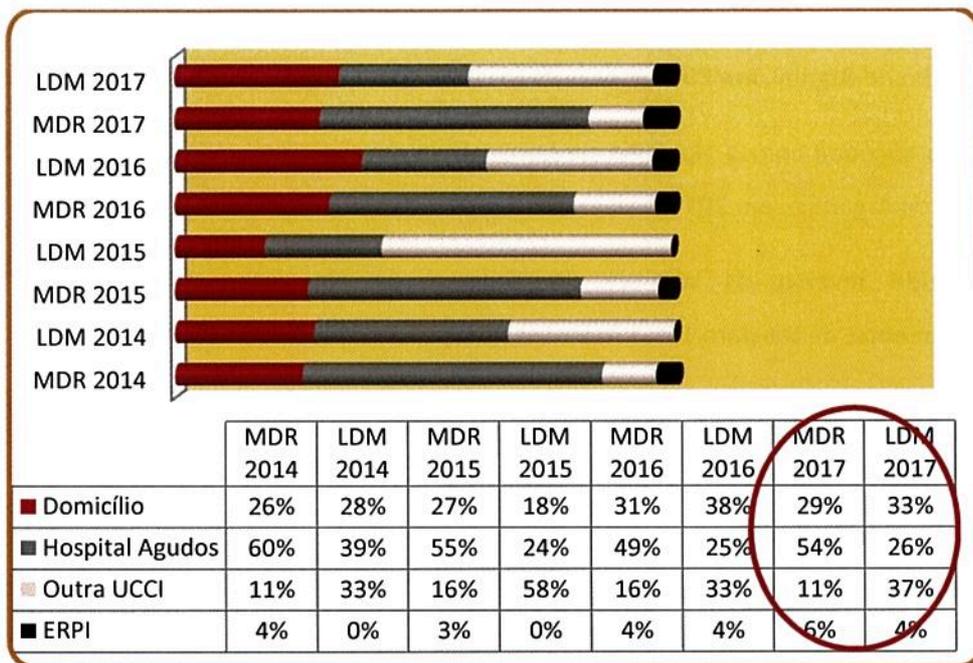


Gráfico n.º 31: Proveniência Utente

Se no gráfico n.º 29 verificámos que a predominância das referenciações cabia aos hospitais, na análise da proveniência dos utentes, isto já no gráfico n.º 30, percebemos que a diferença de tipologias tem relacionamento com a proveniência dos seus utilizadores.

Assim, se na tipologia de Média Duração são os hospitais de agudos que lideram com 54% das proveniências, já na tipologia de Longa Duração são o domicílio e as outras UCCI que representam 70% do total.

Estes valores deverão ser relacionados, quer com os períodos de duração do internamento, quer com as tipologias das problemáticas nos diagnósticos de entrada.

1.2.1.1 | Sala de Snoezelen – Dr. Armando Dinis Cosme

Este espaço que se encontra localizado no Hospital Dr. Fernando Vale, tem hoje uma utilização bastante diversificada, quer ao nível do seu público, quer ao nível das respostas sociais que a ele recorrem.

Deste modo, a Sala de Snoezelen – Dr.ª Armando Dinis Cosme, é utilizada tendo por base duas componentes. A primeira no campo da fisioterapia e a segunda no campo da terapia da fala,



utilizando ambas o potencial de estimulação sensorial, ou de relaxamento, consoante os casos, que os equipamentos do referido espaço possibilitam.

Comparativamente com o ano de 2016 o número de sessões aumentou, passando de 497 para **855 sessões terapêuticas**, sendo 423 sessões de fisioterapia e 432 sessões de terapia da fala.



Gráfico n.º 32: Distribuição da tipologia de sessões

Para termos uma ideia do nível de utilização desta Sala de Snoezelen, e a título exemplificativo, os utentes do Hospital Dr. Fernando Vale realizaram **385 sessões terapêuticas**, 282 sessões de fisioterapia e 103 sessões de terapia da fala, enquanto que a Unidade de Medicina Física e Reabilitação (UMFR) absorveu **278 sessões terapêuticas**, das quais 32 foram sessões de fisioterapia e 246 sessões de terapia da fala.

Quanto às Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e o Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) estas duas respostas recorreram ao espaço para a realização de **27 sessões** de terapia da fala.

De referir que as crianças portadoras de condicionantes (Sala multideficiência) foram acompanhadas em **30 sessões terapêuticas**, quer pela terapeuta da fala e quer pela fisioterapeuta.

Na realidade, a Sala de Snoezelen transformou-se numa ferramenta indispensável ao trabalho dos profissionais da Instituição, revelando-se de uma eficácia junto de alguns utentes que, de outra forma, não beneficiariam de um acompanhamento adequado.



1.2.2 | Unidade de Medicina Física e de reabilitação (UMFR)

No campo da reabilitação a Misericórdia conta com uma estrutura dotada de recursos humanos e materiais, indispensáveis à atuação junto da comunidade e dos utentes das diferentes respostas sociais da Instituição, neste caso uma Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (UMFR).

Sobre esta estrutura da Misericórdia deverá ser dado nota de alguns aspetos introdutórios, a começar pela disciplina da terapia da fala que consolidou a sua atuação complementar no seio da UMFR, alargando-se o público constituído por crianças.

Também a manutenção das classes de movimentos que funcionam duas vezes por semana, bem como a introdução de algumas técnicas de tratamentos por parte do Diretor Clínico são motivo de destaque.

Este equipamento permitiu ao longo de 2017 dar resposta a um total de **905 utentes**, que corresponderam a 466 cidadãos.

Tendo por base o universo de 466 pessoas verificou-se que 256 (57%) pertenciam ao género feminino e 190 (43%) ao masculino, sendo as idades compreendidas entre os 1 e os 95 anos.

O escalão etário situado entre os «71-80» anos, foi aquele que obteve a maior representatividade com 24%. A média de idades final correspondeu aos 61,8 anos.

Quanto à proveniência coube à Freguesia de Arganil o valor mais significativo com 36,1%, seguindo-se Coja e Barril do Alva com 9,2% e logo a seguir S. Martinho da Cortiça com 8,7%.

Os concelhos de Tábua (5,8%), Góis (5,4%), Penacova (2,5%), Oliveira do Hospital (1,1%), Pampilhosa da Serra (0,2%), Lisboa (0,2%) e Coimbra (0,2%), apresentam uma representação de de 15,4%.

Contudo, é de **realçar o retorno de alguns destes concelhos ao universo dos utilizadores da UMFR da Misericórdia.**

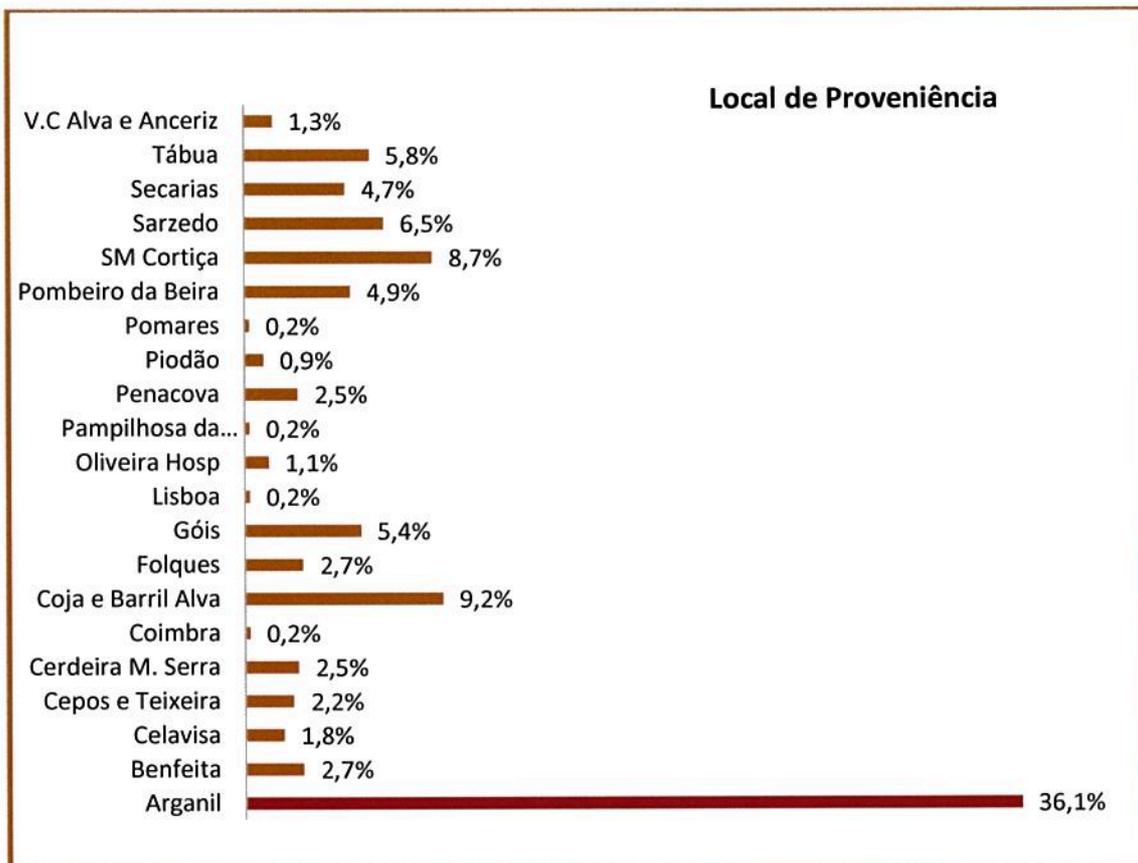


Gráfico n.º 33: proveniência Utentes UMFR

Quanto à referenciação, verificou-se que a grande maioria dos utentes partiu do «Serviço Nacional de Saúde» (74,7%), seguindo-se a «S.C.M. Arganil» (9,0%). Os restantes 16,3 % distribuíram-se por outras entidades, maioritariamente seguradoras.

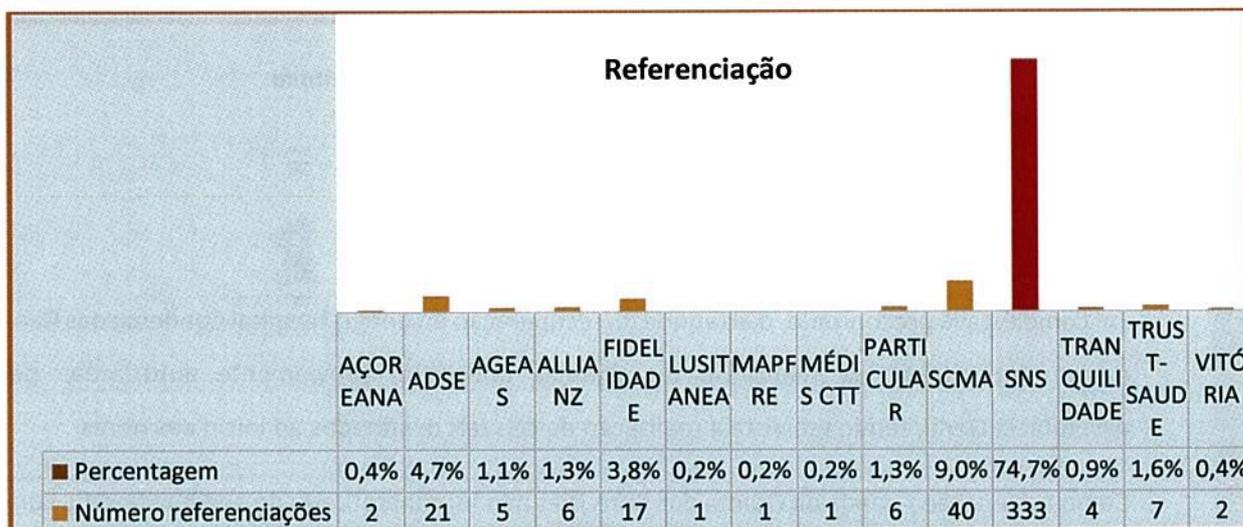


Gráfico n.º 34: Referenciação Utentes UMFR (*a sinalização da ADSE deve ser entendida como iniciativa dos privados, em face de ausência de acordo)



A UMRSCMA realizou 12686 sessões/tratamentos que se traduziram numa média diária de 51 tratamentos (5 uteis dias por semana) realizados.

Quanto à proveniência dos utentes constatou-se que a larga maioria era proveniente da comunidade (81,2%), enquanto que os restantes (18,8%) provinham da rede de suporte formal, nomeadamente IPSS'S concelhias, Misericórdias e Escolas Públicas e Privadas.

Ainda a este propósito verificou-se que no contexto da rede de suporte formal as respostas sociais desenvolvidas pela Misericórdia desempenharam um papel importante.

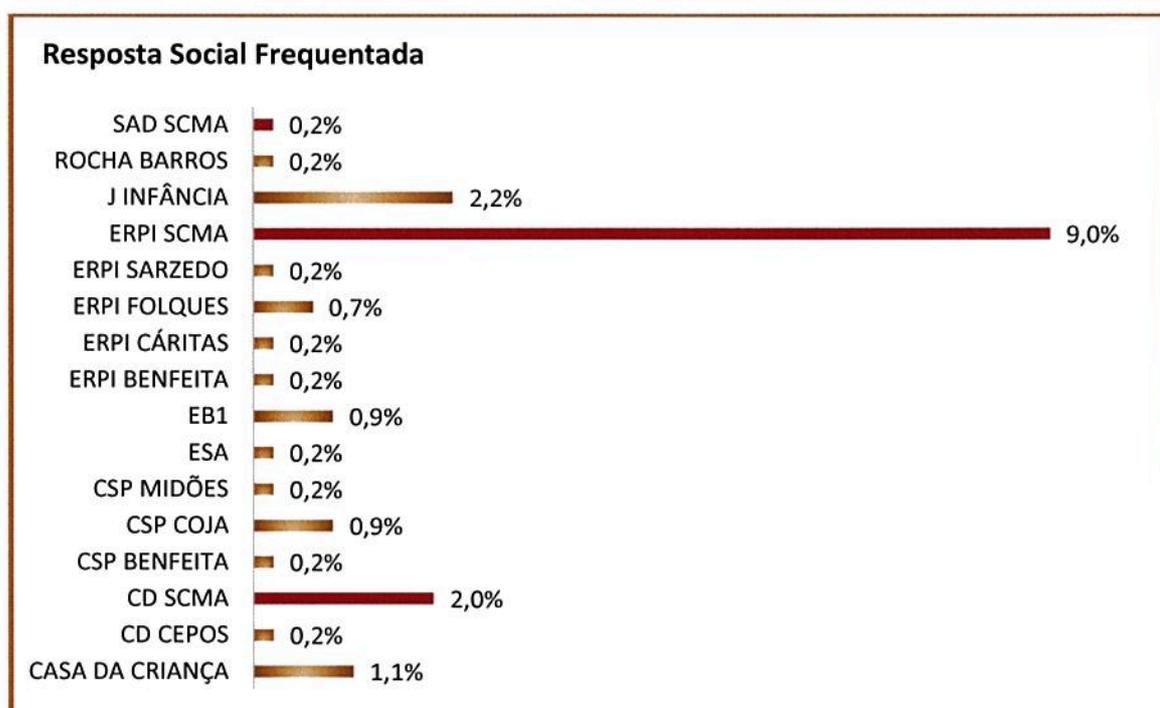


Gráfico n.º 35: Tipo de Resposta Social Frequentada

1.2.3 | Hospital Condessa das Canas

Tal como estava preconizado, o arranque da recuperação do antigo Hospital Condessa das Canas estava dependente da realização de algumas operações previamente autorizadas pela Assembleia Geral, tendo em vista a realização de capitais destinados ao início das obras.

Como a alienação / venda da Quinta dos Bons Dias não foi concretizada no ano que findou, como aliás o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 já veio a estabelecer, este projeto transitou de ano, mantendo-se o interesse e a prioridade na execução do mesmo.



1.3 | COMPLEXO DESPORTIVO E CULTURAL

À semelhança dos outros Complexos, também o Complexo Desportivo e Cultural está dotado de diversas infraestruturas, as quais são colocadas ao dispor da comunidade.

Neste caso, destaque para a Feira do Mont'Alto, o campo de futebol Eng.º Eduardo Ralha, o Cineteatro Alves Coelho, o Pavilhão do Paço Grande, o Parque Infantil Eng.º Leitão, o Jardim Condessa das Canas, sem esquecer as piscinas descobertas – “Zé Miguel Coimbra” e a Igreja da Misericórdia.

Uma particular referência a duas componentes atrás citadas, neste caso à Feira do Mont'Alto e às piscinas que, pela sua importância, não podem deixar de ser relevadas, tendo em conta o ano de 2017.

Assim, relativamente à secular Feira do Mont'Alto, é importante recordar que esta é um património inalienável da Instituição, fazendo dele parte não só a vertente económico, mas acima de tudo a componente histórico e cultural.

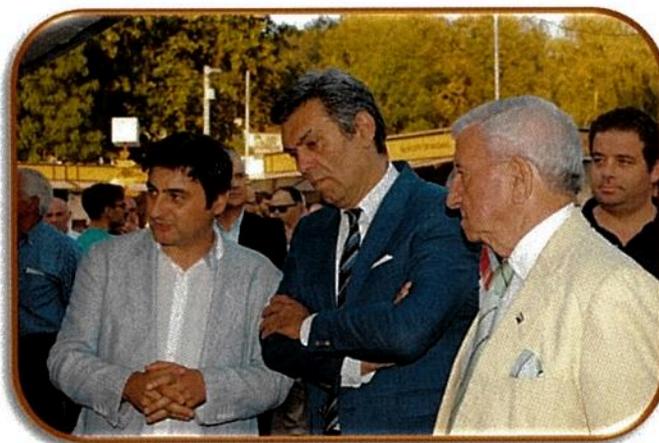


Foto n.º 6: Abertura Stand Misericórdia – Feira do Mont'Alto e Ficabeira

Vem isto a propósito, do problema existente em relação à escritura justificativa efetuada pela Câmara Municipal de Arganil, em 2014, sobre os terrenos do Terrado da Feira que passaram para o domínio privado do Município, sem que tivesse sido acautelado o ónus existente a favor da Santa Casa nos dias correspondentes à realização da tradicional Feira.



Tendo a Misericórdia plena consciência da sua razão, em tempo útil solicitou, junto do Presidente da Câmara do executivo então em funções, a retificação da escritura. O que não veio a suceder, apesar da Instituição ter aguardado com serenidade.

Atendendo a que 2017 foi ano de eleições, e apesar da Mesa Administrativa ter aprovado, no momento oportuno, o recurso às vias judiciais para reposição da verdade dos factos, a Instituição manteve-se em silêncio sobre esta matéria, na expectativa de que o novo executivo procedesse à correção da dita escritura.

Nesse sentido, e na audiência realizada já com o atual Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luis Paulo Costa, no passado dia 15 de Janeiro, ficou a intenção de ser encontrada uma solução justa e em abono da verdade.

Quanto às piscinas descobertas, o ano de 2017 foi marcado pela sua inatividade, em virtude da necessidade de reparação de todo o sistema, designadamente motores e bombas de água, o que, face ao avultado investimento, não foi possível realizar pois outros compromissos mais prementes tinham que ser respeitados.

A este propósito recordar que as piscinas têm hoje mais de 25 anos de funcionamento, tendo servido várias gerações de pessoas, tendo sido o único equipamento deste género no concelho de Arganil durante vários anos e o único com piscinas descobertas na Freguesia.

Não obstante estas características, desde 2006 (inclusive) que a Misericórdia deixou de receber qualquer apoio ao funcionamento do mesmo, ao contrário do que sucedeu nos anos anteriores, apesar de, até 2009, ter sido usado no âmbito de diversos programas promovidos pela Câmara Municipal destinados à de ocupações dos jovens.

➤ **Disponibilização da Igreja da Misericórdia à Comunidade**

Desde sempre a Igreja da Misericórdia tem estado aberta à comunidade, quer para reflexão e oração religiosa, quer para visitas, sendo aberta ao público, diariamente, entre as 10h e as 19h.

Nesse magnífico espaço é possível contemplar o órgão de tubos, único em funcionamento no concelho e peça única, bem como a Via Sacra oferecida à Misericórdia e benzida por Sua Excelência o Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes, aquando da sua mais recente visita a Arganil, no final de 2016.



Este espaço religioso recebe ainda as tradicionais festividades dedicadas a Santa Isabel, Nossa Senhora da Visitação e Padroeira das Misericórdias, bem como os encontros de Coros que por essa altura ocorrem, assim como outros concertos, nomeadamente de Música Sacra, ou medieval como o que se realizou na última Feira Medieval em Arganil e da responsabilidade do Agrupamento de escolas de Arganil.

➤ **Cineteatro Alves Coelho**

Sendo um tema recorrente, pelas vicissitudes sobejamente conhecidas da Assembleia, nomeadamente o incumprimento do contrato por culpa exclusiva da Câmara Municipal de Arganil, conforme sentença sobre esta matéria, o ano de 2017 pautou-se pelo aguardar de mudança de postura por parte dessa entidade pública.

De igual modo, e de acordo com a audiência com o atual Presidente da Câmara, a Instituição ficou com **redobradas esperanças na existência da possibilidade de um entendimento**, que permita devolver este equipamento aos arganilenses, acautelado que seja o património da Misericórdia.

Encontrar uma solução é pois urgente, face ao estado em que o imóvel foi devolvido e cujo estudo realizado por empresa credenciada, **aponta para uma intervenção necessária nunca inferior a duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€)** e apenas para a reposição da situação em 2008.

O mesmo documento associa claras responsabilidades ao Município de Arganil pelo facto de não ter, entre 2008 e 2016, sido capaz de realizar a mais simples manutenção do imóvel.

➤ **Património Diverso**

Ao longo dos tempos a Misericórdia tem conseguido aumentar o seu património que integra os seus ativos e parte destes, nomeadamente as designadas propriedades de investimento, representam uma fonte de receitas, em particular através da obtenção de rendas.

Deste modo, a Instituição tem procurado manter atualizado o seu inventário, realizando o levantamento indispensável como plantas, certificação energética e mesmo avaliações.



Tendo sido atualizado o valor das propriedades de investimento no exercício de 2016, em 2017 teve lugar ao início das reavaliações, com incidência no edificado situado em Lisboa, por força da pressão imobiliária existente e concreta.

No entanto, tais avaliações ainda não se encontra realizadas em todo o edificado, situação que se prolongará ao longo de 2018.

De entre esse património destacam-se:

Quinta dos Bons-Dias (*) – Ramada / Odivelas

Quinta do Moinho Velho – Rio de Mouro / Sintra

Bairro da Quinta Nova – Arganil

Moradia na Alagoa - Arganil

Imóveis na Amadora, Lisboa, Vila Nova de Gaia, Vila Franca de Xira

Moradia das Torrozelas e propriedades aí existentes

Vários terrenos rústicos no Concelho de Arganil

Apartamento em Coja

2| RESUMO CONTAS

Abordar o desempenho económico da Instituição implica, desde já, ter em devida consideração um conjunto de constrangimentos que se refletiram no quotidiano da Misericórdia e que, dessa forma, exigiram e exigem um permanente cuidado com a temática da sustentabilidade.

Nesse sentido, as estratégias relacionadas com a procura da manutenção dos níveis de frequência das diversas respostas sociais, a realização de investimento ponderado e de acordo com os recursos disponíveis, a gestão do património e dos rendimentos que dele resultam, entre outros aspetos, são cruciais para a estabilidade da Misericórdia.

No que diz respeito aos constrangimentos registados, não podemos deixar de frisar **os atrasos nos pagamentos devidos pelo Setor Estado**, com especial incidência da área da saúde, neste caso no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e da convenção no campo da reabilitação.



No entanto, e para além da área da saúde, também no campo social, nomeadamente na componente dos projetos de intervenção comunitária, há a registar **atrasos nas verbas referentes ao funcionamento da Rede Local de Intervenção Social (RLIS)**, ou mesmo aos protocolos referentes às parcerias existentes com as autarquias, sem esquecer atrasos nas regularizações por parte de alguns utentes.

Só a dívida do Setor Estado superou a barreira dos duzentos mil euros no último dia do ano.

Tais atrasos representaram, a 31 de Dezembro de 2017, um montante superior a trezentos mil euros, mais precisamente trezentos e dois mil, quinhentos e oitenta e oito euros e cinquenta e sete cêntimos (302.588,57€), **cujo impacto na liquidez da instituição foi e é significativo**, originando sérios constrangimentos, designadamente no pagamento aos fornecedores da Misericórdia, o que exigiu uma constante articulação com os mesmos, tendo em vista mitigar as dificuldades daí resultantes.

Por outro lado, não podemos deixar de referir a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) em mais 5%, aumento este que não teve correspondência na mesma medida do lado das participações quer do Setor Estado, nomeadamente no campo da Segurança Social e da Saúde, e quer dos utentes e famílias.

Assim, e apesar de ter sido feita uma orçamentação cautelosa, a Instituição assumiu a redução de custos como algo de essencial, face ao exercício de 2016, ao mesmo tempo que procurou rentabilizar recursos para aumentar receitas, nomeadamente a partir do seu património, nomeadamente no campo das chamadas Propriedade de Investimento (P.I.)

Só dessa forma, foi possível encerrar o ano de 2017 com um saldo favorável na demonstração de resultados, neste caso de noventa e nove mil, quatrocentos e trinta euros e cinquenta e seis cêntimos (99.430,56€) positivos.

Rendimentos	2 857 420,57
Vendas	0,00
Prestação de serviços	987 915,06
Trabalho p/ própria entidade	13 039,33
Subsídios, doações e legados à exploração	1 346 174,94
Aumentos/reduções justo valor (PI)	192 420,00
Outros rendimentos e ganhos	317 842,80
Juros, dividendos e outros rend. simil.	28,44
Gastos	2 757 990,01
CMVMC	360 597,16



Fornecimento e Serviço Externos	612 016,70
Gastos com pessoal	1 614 187,92
Gastos de Depreciação / Amortização	75 274,67
Outros Gastos e perdas	53 824,57
Gastos e perdas de financiamento	42 088,99
RLP: 99 430,56	

Tabela n.º 13: Resultado do Exercício 2017

2.1 | RENDIMENTOS

No que concerne ao campo dos rendimentos a instituição obteve um total de dois milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e vinte euros e cinquenta e sete cêntimos (2.857.420,57€), correspondendo a um aumento global, face ao valor orçamentado, de cento e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos (124.675,57€), ou seja, mais 4,56%.

Para este crescimento não podemos deixar de referir o contributo da atualização dos acordos de cooperação, nomeadamente no âmbito da atuação do Ministério da Solidariedade Trabalho e Segurança Social (MSTSS) e cujo valor foi de 2,1%, conforme o Compromisso de Cooperação 2017-2018, ultrapassando desse modo a orçamentação realizada, tendo por base 1%.

Contudo, no campo da cooperação com o Setor Estado, deverá ser referido que no âmbito dos Cuidados Continuados a atualização prevista de 1% não se veio a concretizar, acabando por ficar em apenas 0,6% e com incidência apenas do último mês do ano de 2017, o que se traduziu num aumento incipiente face às expetativas iniciais.

Já a manutenção de alguns programas, como foi o caso das Cantinas Sociais, bem como a aprovação das candidaturas ao POAMPC / FEAC / PAC, contribuíram para esse aumento na conta 75, o que per fez, nesta conta específica, um crescimento de 4,24%, ou seja, mais cinquenta e quatro mil, setecentos e oitenta euros e noventa e quatro cêntimos (54.780,94€), desde logo porque estas receitas não estavam orçamentadas, face à incerteza das mesmas.

O aumento dos acordos no campo da Segurança Social, aliado à manutenção na generalidade dos índices de frequência da maioria das respostas sociais no âmbito do Complexo Social, possibilitaram atenuar a quebra de receitas provenientes da ERPI, em face da redução do número de utentes nesta resposta, fruto das obras de remodelação no espaço afetado durante o ano de 2016.



De igual modo, a conta 78, referente a outros rendimentos e ganhos apresentou uma taxa de execução superior em 10,47% face ao orçamento, traduzindo-se num crescimento de mais trinta mil, cento e trinta euros e oitenta cêntimos (30.130,80€).

Neste particular, destaque para o desempenho da subconta 788, com um crescimento potencializado pela receção de um donativo de cinquenta mil euros (50.000,00€), o que assegurou um aumento em quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e sete euros e oitenta e três cêntimos (45.737,83€), compensando ganhos não concretizados na subconta 787, rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros.

Outro contributo para a demonstração de resultados assentou no âmbito do património, mais precisamente nas reavaliações das P.I., cujo processo teve início no último trimestre de 2017, neste caso da propriedade sita no Beato em Lisboa e que obteve uma valorização de cento e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte euros (192.420,00€).

Neste último aspeto, não deve ser descurada uma palavra para o papel do património da instituição, o qual tem servido para socorrer a Misericórdia nos momentos mais necessários, sendo hoje uma parte significativa dos ativos existentes para assegurar a sua sustentabilidade.

Comparativamente em relação ao exercício de 2016, podemos afirmar que se verificou um crescimento de 4,3%, ou seja, mais cento e dezanove mil, setecentos e quarenta e seis mil e cinquenta e seis cêntimos (119.746,56€).

CONTAS	RENDIMENTOS	Varição (c/a)	Orçamento (a)	2017 (c)
71	VENDAS	-100,00%	7 490,00	0,00
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-12,97%	1 135 160,00	987 915,06
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	-10,67%	869 503,00	776 729,84
	UCC	-15,16%	94 298,00	80 004,54
	Fisioterapia	-24,81%	151 142,00	113 647,82
	Outros	-13,28%	20 217,00	17 532,86
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	4,24%	1 291 394,00	1 346 174,94
	Centro Distrital da segurança Social	7,08%	848 400,00	908 469,86
	ARS-UCC	-1,93%	430 540,00	422 209,31
	De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	24,42%	12 454,00	15 495,77
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	21,99%	10 689,00	13 039,33
77	GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	100,00%	0,00	192 420,00
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	10,47%	287 712,00	317 842,80
781	Rendimentos Suplementares	444,12%	1 500,00	8 161,81
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-8,68%	183 853,00	167 892,57
788	Outros	38,52%	102 359,00	141 788,42
	Subsídios para o Investimento	-34,87%	18 093,00	11 784,59
	(...) Outros	54,28%	84 266,00	130 003,83
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	-90,52%	300,00	28,44
Total dos Rendimentos		4,56%	2 732 745,00	2 857 420,57

Tabela n.º 14: Rendimentos do Exercício / Orçamento

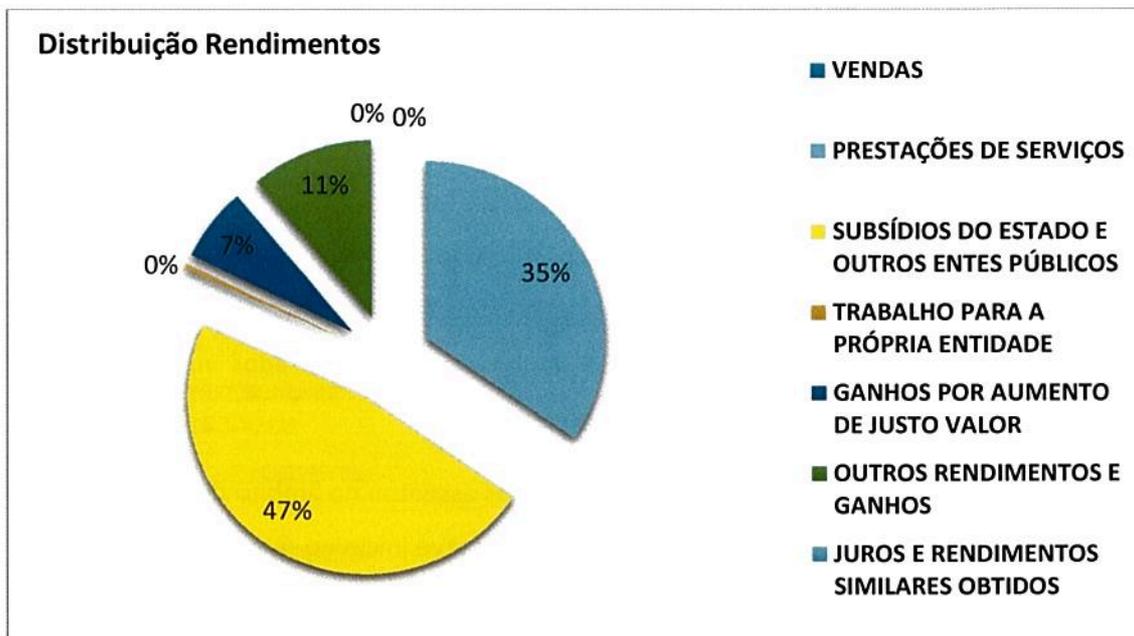


Gráfico n.º 36: Distribuição Final do peso dos rendimentos

2.2 | GASTOS

No que diz respeito aos gastos, a Misericórdia fechou o exercício com um total de dois milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e noventa euros e um cêntimo (2.757.990,01€).

Sobre esse valor, o principal destaque a realizar, e embora não se possa escamotear a análise face ao orçamento traçado para 2017, deverá ser dado à sua significativa redução face ao período de 2016, neste caso uma diminuição de cento e cinquenta e nove mil, duzentos e noventa e cinco euros e noventa e quatro cêntimos (159.295,94€).

Essa redução de 5,46% resultou de uma diminuição em todas as rubricas contabilísticas, nomeadamente nas contas 61,62,63, 64, 68, e 69, em uso na demonstração de resultados, correspondendo desta forma a uma estratégia gizada tendo em vista controlar a perda de receitas da resposta de ERPI.

Quanto à comparação do exercício com o orçamento, registou-se uma ligeira subida que se cifrou em 0,99%, ou seja, mais vinte e seis mil, novecentos e trinta e seis euros e um cêntimo (26.936,01€).

Neste caso, a subida verificada foi suportada na conta 62, com mais 2,53%, ou seja, mais quinze mil, cento e dezanove e setenta cêntimos (15.119,70€), com especial incidência nos



combustíveis, neste caso traduzido no consumo/custo do gás (aquecimento central), isto apesar dos custos dos subcontratados (Clifiargus) ter desaparecido.

Ao nível dos gastos com pessoal, e apesar de uma redução face a 2016, verificou-se uma oscilação de mais 1,07%, que correspondeu a dezassete mil, dezassete euros e noventa e dois cêntimos (17.017,92€) e aqui teve impacto a reclassificação do pessoal, face ao ACT das Misericórdias, sem esquecer o SMN.

Por último, a conta 68, outros gastos e perdas, teve um gasto de cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos (53.824,57€), distorcendo o inicialmente previsto em sede de orçamento, e que foi de quatro mil, trezentos e setenta e seis euros (4.376,00€). O motivo para esta distorção é associada, especialmente, à manutenção do Programa das Cantinas Sociais e dos protocolos celebrados com as diversas instituições locais para fornecimento das refeições.

CONTAS	GASTOS	Variação (c/a)	Orçamento (a)	2017 (c)
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	-9,49%	398 412,00	360 597,16
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	-7,41%	310 074,00	287 101,18
	Matérias de consumo Outros	-16,80%	88 338,00	73 495,98
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2,53%	596 897,00	612 016,70
	Subcontratados	-----	0,00	0,00
	Serviços Especializados	7,55%	208 147,00	223 869,99
	Materiais	-29,17%	71 173,00	50 412,69
	Energia e fluidos	8,42%	188 107,00	203 953,75
	Deslocações, estadas e Transportes	-29,00%	7 868,00	5 586,36
	Serviços Diversos	5,42%	121 602,00	128 193,91
63	GASTOS COM PESSOAL	1,07%	1 597 170,00	1 614 187,92
632	Remunerações do Pessoal	1,27%	1 281 965,00	1 298 219,38
	Remunerações Certas	1,81%	1 223 136,00	1 245 260,69
	Remunerações Adicionais	-9,98%	58 829,00	52 958,69
	Indemnizações	64,13%	1 114,00	1 828,45
635	Encargos sobre Remunerações	-0,14%	285 878,00	285 470,01
636	Seguros de acidentes no trabalho	-8,34%	23 075,00	21 150,97
638	Outros Gastos com Pessoal	46,34%	5 138,00	7 519,11
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	1129,99%	4 376,00	53 824,57
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-14,08%	87 612,00	75 274,67
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	-9,66%	46 587,00	42 088,99
Total dos Gastos		0,99%	2 731 054,00	2 757 990,01

Tabela n.º 15: Custos do Exercício / orçamento

Por último, uma nota para a redução verificada no exercício, face ao orçamento, da rúbrica dos custos com mercadorias e matérias consumidas, neste caso a conta 61, cuja diminuição alcançada foi de 9,49%, a que correspondeu uma diminuição de trinta e sete mil, oitocentos e



catorze euros e oitenta e quatro cêntimos (37.814,84€), a que não foi alheia a redução do número de utentes da ERPI.

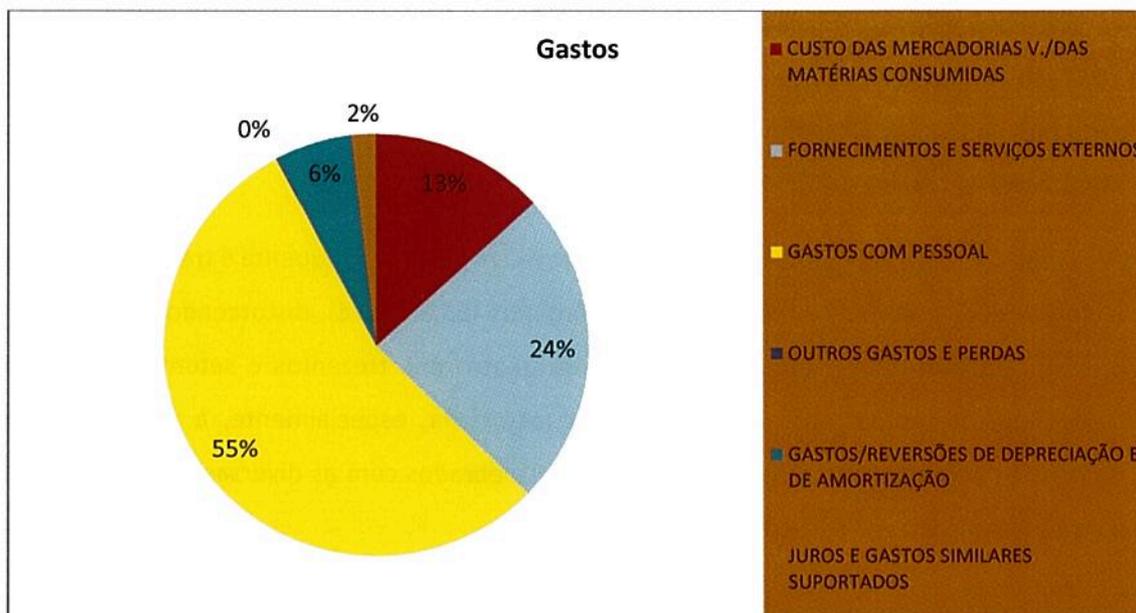


Gráfico n.º 37: Distribuição dos Gastos

2.3 | INVESTIMENTOS

Sobre os investimentos a Misericórdia considerou no exercício apenas aqueles que efetivamente teve capacidade para realizar, uma vez que em sede de previsão orçamental, os investimentos elencados, nomeadamente nos ativos tangíveis, estavam dependentes da venda de património previamente autorizado pela Assembleia Geral.

Neste caso, a Quinta dos Bons Dias sita em Odivelas, e cuja venda visava o arranque do projeto de remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas e a intervenção mais urgente no Cineteatro Alves Coelho.

Não se efetivando tal desiderato, esses investimentos e respetivos montantes inscrito em plano de investimento não se vieram a concretizar



<i>Investimento</i>	2016	2017
<i>Investimentos Financeiros</i>	2 204,89	4 160,56
<i>Propriedades de Investimento</i>	1 158 834,37	192 420,00
<i>Doações</i>	229 862,49	0,00
<i>Reavaliação</i>	1 119 012,96	192 420,00
<i>Permuta/Alienação</i>	-190 041,08	0,00
<i>Outros Ativos Tangíveis</i>	8 427,99	1 731,17
<i>Ativos Intangíveis</i>	0,00	0,00
<i>Investimentos em curso - Ativos Tangíveis</i>	117 090,18	79 523,41
Total	1 286 557,43	277 835,14

Tabela n.º 16: Mapa de Investimentos

3| ANÁLISE FACE AOS OBJECTIVOS TRAÇADOS

Apresentadas as atividades desenvolvidas pela instituição ao longo de 2017, importa agora realizar uma avaliação mais concisa sobre o nível de execução alcançado, tendo como referencial os objetivos previamente elencados aquando da aprovação do Plano de Atividades.

Assim, importa recordar, de uma forma muito sintética, que a Misericórdia se propôs continuar com os trabalhos de requalificação dos espaços do Complexo Social, manter as parcerias com o Setor Estado, Promover a Mata das Misericórdias e assegurar a realização de formação interna e externa para os seus colaboradores.

Por outro lado, dispôs-se a valorizar o seu património, promover a sustentabilidade da Instituição e manter a oferta cultural e artística.

Por último, e não menos importante, estabeleceu como meta dar início aos trabalhos de remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas e procurar iniciar o processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho.

Face a estas metas, podemos concluir que a Misericórdia conseguiu, de uma forma genérica, concretizar os objetivos que se propôs alcançar, face aos condicionalismos ocorridos e alguns deles antecipadamente programados em sede de Plano de Atividades para 2017.

Deste modo, a Instituição prosseguiu ao longo do ano em apreço os trabalhos de requalificação, nomeadamente do bloco afetado pelo incêndio verificado em 2016, nos termos previamente elencados para esse efeito.



Simultaneamente, **deu continuidade às parcerias com o Setor Estado**, não só ao nível da RLIS mas inclusive alargando essa colaboração no âmbito das Cantinas Sociais e do POAPMC – FEAC/PAC, sendo que neste último liderou uma intervenção abrangendo os concelhos de Arganil, Penacova e Vila Nova de Poiares.

Apesar da parceria com o Setor Estado ser crucial, não se pode deixar fazer uma referência à permanente **articulação com diversas instituições locais, através de protocolos de colaboração** e que passaram por diversas componentes, desde o fornecimento de alimentação, apoio técnico e cuidados de saúde.

Ao nível da Mata das Misericórdias e atendendo ao ano “Horribilis” provocado pelos incêndios, foi crucial **o estado de limpeza e manutenção constante deste espaço** para a sua preservação e proteção, bem como a manutenção dos meios de combate a incêndios existentes, como o caso das bocas-de-incêndio e do reservatório de água.

Contudo, há ainda a destacar neste particular, o início de **trabalhos de limpeza e preparação do Pinhal novo**, para além de diversas atividades executadas neste espaço natural, cuja utilização por parte dos arganilenses tem tido um incremento, nomeadamente para a prática desportiva.

Ao nível da formação destinada aos colaboradores, esta materializou-se com o recurso a meios internos, mas de igual modo a externos, abrangendo diversos elementos do quadro e incidindo em diversas áreas temáticas, **com mais de 300 horas de formação e mais de 40 participantes**.

Quanto ao património a Misericórdia procurou dar continuidade a deliberações da Assembleia Geral, vendendo o que a mesma considerou pertinente alienar, ponderado o investimento a realizar e o eventual retorno a curto prazo, e, pelo contrário, **mantendo o que se revelou importante para as receitas da Instituição**.

Assim, procurou ter **atualizado o inventário do património imóvel existente**, bem como dando início às reavaliações que se impunham do mesmo e cujo impacto se veio a materializar nas contas do exercício.

Quanto à sempre presente preocupação com a sustentabilidade da Instituição, esta implicou uma **adequada gestão dos seus recursos, quer humanos e quer materiais**, especialmente tendo em conta os atrasos verificados na receção de verbas devidas pelo Setor Estado e utentes.

Esse esforço implicou a **reorganização de horários e serviços**, de forma atempada e conforme previsto em Plano de Atividades, tendo em vista o aumento da eficácia e a contenção de custos.



No entanto, a sustentabilidade da instituição, **que é distinta da obtenção de lucro**, pois não é esse o fim da Misericórdia, implicou a **consolidação de serviços prestados em várias respostas sociais, como foram o caso do SAD, Centro de Dia e CATL, bem como a gestão rigorosa dos investimentos a realizar e do tempo em que estes podiam ser realizados.**

Exemplo disso, foi o processo de requalificação do Complexo Social, sempre conduzido de acordo com as verbas disponíveis para esse efeito e **sem ceder a pressões irrealistas de executar ou realizar obra, colocando em causa a saúde financeira da Misericórdia.**

É também neste cenário que deve ser analisada a pretensão de remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas e da recuperação do Cineteatro Alves Coelho.

Aliás, **posição reiterada aquando da recente aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2018, no qual se mantêm estes objetivos**, dependentes da concretização das operações destinadas à angariação de receitas extraordinárias dependentes da alienação da designada Quinta dos Bons Dias, sita em Ramada – Odivelas.

Uma outra chamada de atenção para a componente do Cineteatro Alves Coelho, pois a **Instituição preservou o momento crítico que se verificou em 2017, designadamente com a realização das eleições autárquicas**, tendo em conta todo o historial que conduziu à condenação da Câmara Municipal de Arganil nesta matéria em particular.

Tal atitude deverá ser entendida como **sinal de abertura ao diálogo e a um entendimento que se espera venha a acontecer o mais brevemente possível.**

No campo da cultura destacou-se o Orfeon Maestro Alves Coelho que manteve uma agenda de espetáculos, permitindo à **comunidade arganilense usufruir de momentos musicais em vários cenários do concelho de arganil.**

Em suma, podemos afirmar, com plena convicção, que a **Misericórdia atingiu os objetivos que se propôs alcançar, dando mostras de uma dinâmica sem precedentes no panorama local.**

Ao mesmo tempo que **se revelou imune aos desvarios irrealistas que muitas vezes grassam por alguns meios da comunidade local**, apenas entendidos face ao desconhecimento da realidade das instituições de solidariedade social.



4| CONCLUSÃO

Não é fácil, nos dias que correm, manter na dianteira da intervenção social a Misericórdia de Arganil.

Não é fácil, porque a natureza dos fenómenos que hoje caracterizam a exclusão social é cada mais volátil e complexa, envolvendo um cada vez maior número de variáveis que vão desde a desertificação do território onde a Instituição se insere, ao envelhecimento crescente das suas comunidades, passando pela diminuta oferta de emprego especializado e a consequente dificuldade em manter os jovens.

Não é fácil, quando muitos são incapazes de entender a estratégia definida pela Misericórdia de celebrar parcerias com outras instituições locais, tendo em vista a promoção de serviços diversificados nas comunidades mais afastadas e debilitadas, abrindo, por exemplo, gabinetes de atendimento ao público e transferindo verbas.

Não obstante esta complexidade de problemas, a **Instituição tem prosseguido uma política de valorização local, procurando manter postos de trabalho, absorvendo jovens e fomentando alguma centralidade no seu campo de atuação, através da mobilização de esforços para que Arganil possa acolher as mais diversificadas iniciativas, desde reuniões de trabalho ao mais alto nível, a ações de formação e partilha de conhecimentos, entre tantas outras coisas.**

No entanto, este intenso trabalho apenas tem sido possível com o empenho dos órgãos sociais, Mesa Administrativa, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia; sem esquecer os inúmeros colaboradores e utentes, para os quais nos dedicamos.

Em suma, esta *Família Misericórdia*, reunida na sua Santa Casa, só faz sentido quando coloca em primeiro lugar a defesa dos Compromissos, sob a égide das catorze Obras de Misericórdia e com a proteção da Senhora do Manto Largo.

O Provedor

(Prof. José Dias Coimbra)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2017

Reunião Assembleia-Geral | Março 2018



BALANÇO - Período findo em 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2017	31 Dez 2016	Variância
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	3.1.2 e 7.	3.084.408,18	3.078.428,27	0,19%
Bens do património histórico e cultural		101.921,61	101.921,61	0,00%
Propriedades de investimento	3.1.3.	2.192.509,51	2.000.089,51	9,62%
Ativos intangíveis	6.	5.195,97	5.195,97	0,00%
Investimentos financeiros	8.	114.150,72	109.990,16	3,78%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados		0,00	0,00	0,00%
		5.498.185,99	5.295.625,52	3,85%
Ativo corrente				
Inventários	3.1.4. e 9	31.558,86	28.684,85	10,02%
Clientes	10.	271.844,76	368.149,28	-26,16%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	11.	8.024,46	5.183,41	54,81%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados	18.	1.060,63	689,88	53,74%
Outras contas a receber	12.	357.157,57	427.792,94	-16,51%
Diferimentos	13.	6.302,48	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	14.	29.744,92	111.807,40	-73,40%
		705.693,68	942.307,76	-25,11%
Total do Ativo		6.203.879,67	6.237.933,28	-0,53%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos	15.	1.137.883,88	1.137.883,88	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas	16.	1.885.617,87	1.885.617,87	0,00%
Resultados transitados		579.085,37	758.697,31	-23,67%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.	435.003,82	597.517,18	-27,20%
Resultado líquido do período		99.430,56	-179.611,94	100,00%
Total do fundo de capital		4.137.021,50	4.200.104,30	-3,87%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00%
Passivo corrente				
Fornecedores		601.420,08	516.069,70	16,54%
Adiantamentos de clientes		57.530,47	53.868,97	6,80%
Estado e outros entes públicos	11.	55.766,58	57.930,67	-3,74%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	19.	865.367,22	905.893,62	-4,47%
Diferimentos	13.	614,82	7.131,67	-91,38%
Outras contas a pagar	20.	486.159,00	496.934,35	-2,17%
		2.066.858,17	2.037.828,98	1,48%
Total do Passivo		2.066.858,17	2.037.828,98	1,48%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		6.203.879,67	6.237.933,28	-2,12%

TSR - Sistemas de Informação, Lda.



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2017	2016	
Vendas e serviços prestados	21.	987.915,06	1.052.906,65	-6,17%
Subsídios, doações e legados à exploração	21.	1.346.174,94	1.315.827,48	2,31%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		13.039,33	18.030,16	-27,68%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9.	-360.597,16	-389.864,55	7,51%
Fornecimentos e serviços externos	22.	-612.016,70	-711.511,52	13,98%
Gastos com o pessoal	23.	-1.614.187,92	-1.617.923,05	0,23%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor	7.	192.420,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	21.	317.842,80	350.889,34	-9,42%
Outros gastos e perdas		-53.824,57	-65.049,36	17,26%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		216.765,78	-46.694,85	564,22%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.	-75.274,67	-88.172,17	14,63%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		141.491,11	-134.867,02	204,91%
Juros e rendimentos similares obtidos		28,44	20,38	39,55%
Juros e gastos similares suportados		-42.088,99	-44.765,30	5,98%
Resultados antes de impostos		99.430,56	-179.611,94	155,36%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		99.430,56	-179.611,94	155,36%

TSR - Sistemas de Informação, Lda.



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de Dezembro de 2017

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade:

Santa Casa da Misericórdia de Arganil (SCMA)

1.2 - Sede:

Rua Comendador Cruz Pereira

3300-034 Arganil

1.3 - NIPC:

501 157 654

1.4 - Natureza da atividade:

A Santa Casa da Misericórdia de Arganil é uma entidade do setor cooperativo e social com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção Geral da Segurança Social, no livro das “Irmandades da Misericórdia”, fls 64 e 64 verso, sob o n.º 50/82, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 9º do Regulamento aprovado pela Port. Nº 778/83 de 23 de Julho.

Tem como objetivo satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico de harmonia com o seu espírito tradicional, enformada pelo princípio da doutrina e moral cristã.

Atua através de um vasto leque de atividades, em particular no desenvolvimento de respostas sociais do âmbito da Segurança Social, nomeadamente de Apoio e Proteção destinadas à prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez;
- b) Apoio à família, crianças e jovens;
- c) Apoio à integração social e comunitária dos cidadãos em situação de vulnerabilidade, promovendo o desenvolvimento de projetos de vida e das ações de formação inerentes à respetiva preparação para a inclusão social;
- d) Apoio a cidadãos em situação temporária de limitação da capacidade para o trabalho, por força de doença ou acidente.



No entanto, secundariamente a Entidade prossegue outras atividades de carácter complementar compatíveis com a sua natureza, nomeadamente de promoção e proteção da saúde, como sendo a prestação de cuidados continuados e de reabilitação, bem como o desenvolvimento de respostas e serviços enquadráveis no âmbito da economia social.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de Euro.

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referência contabilística de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com a seguinte legislação:

- Portaria n.º 105/2011 de Março;
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- Aviso n.º6726-B/2011, de 14 de Março;
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade mantidos de acordo com a NCRF-ESNL.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

O valor do Ativo não corrente refere-se somente às aquisições de 1981 em diante.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.



As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil.

As taxas de depreciação dos Ativos Fixos Tangíveis utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos	Taxa
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	5	20,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Outros ativos fixos tangíveis	6	16,66%

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos que resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.1.2. Ativos fixos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos	Taxa
Ativos intangíveis	5	20,00%

3.1.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento (PI) são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e valorização do capital investido, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, pois existem determinadas propriedades com autorização de alinação pela Assembleia Geral.

As PI são mensuradas ao justo valor, nomeadamente pelo valor patrimonial, que consta na respetiva cadeneta predial urbana disponibilizada pela Autoridade Tributaria e Aduaneira. Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenção, reparação, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gastos no período a que se referem.

No entanto, no último trimestre do exercício deu-se início ao processo de reavaliação das PI por um avaliador independente, com qualificação profissional, conforme o previsto NCRF 11.

3.1.4 Inventário

Mercadorias e matérias-primas.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Sistema de inventário permanente.

3.1.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

3.1.6. Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e Outras Contas a receber**

As dívidas de clientes/Utentes e Outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**



As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

- **Empréstimos**

O Empréstimo é registado no passivo pelo custo.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

- **Benefícios de Empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de turno, feriados, subsídio de Férias e Natal, abonos de caixa, entre outros.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados.

O subsídio de férias é pago em Julho, e o de Natal em Dezembro de cada ano, e reconhecido como gasto no mesmo período.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valores e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantidades relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da SCMA.



4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, ver tabela anexa - Fluxos de caixa.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da SCMA.

5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas e de estimativas, bem como não foram detetados erros que afetem a comparabilidade das demonstrações financeiras.

BALANÇO

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo Inicial (31/12/2016)	Abates	saldo final (31/12/2017)
Ativos Intangíveis	52.348,69	0,00	52.348,69
Depreciações Acumuladas			
Perdas por Imparidade			
Depreciação acumulada	47.152,72	0,00	47.152,72
Ativo Intangível líquido	5.195,97	0,00	5.195,97

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo Inicial (31/12/2016)	Aquisições e outros	Abates e outros	saldo final (31/12/2017)
Terenos e recursos naturais	16.174,86			16.174,86
Edifícios e outras Construções	1.908.252,68	192.420,00		2.100.672,68
Outras Propriedades de Investimentos	247.169,57			247.169,57



Bens do Património Hist. e art. e Cultural	101.921,61			101.921,61
Equipamento Básico	528.449,83	388,93		528.838,76
Equipamento de Transporte	302.217,01			302.217,01
Equipamento Administrativo	285.725,21	1.782,70	278,57	287.229,34
Outros activos tangíveis	4.076.069,00			4.076.069,00
Inves. em Curso- Act. tangíveis	974.936,86	79.523,41		1.054.460,27
Ativo tangível bruto	8.440.916,63	274.115,04	278,57	8.714.753,10
Depreciações Acumuladas	3.260.477,24	75.274,67	161,89	3.335.913,80
Perdas por Imparidade				
Depreciação acumulada	3.260.477,24	75.274,67	161,89	3.335.913,80
Activo tangível líquido	5.180.439,39	198.840,37	116,68	5.378.839,30

A rubrica Propriedades de Investimento, no ano de 2016 teve um incremento provocado pela aplicação da **NCRF 11 - Propriedades de Investimento**, efetuando-se o tratamento contabilístico, contemplado na mesma.

Ou seja, as PI, foram todas atualizadas na contabilidade pelo Valor Patrimonial que consta nas certidões da AT, passando assim a assumir que este seria o Justo Valor, conforme consta no respetivo Relatório de Gestão de 2016.

Nos termos do parágrafo 32 da referida norma, o qual se passa a transcrever:

32. Esta Norma exige que todas as entidades determinem o justo valor de propriedades de investimento, para a finalidade de mensuração (se a entidade usar o modelo do justo valor) ou de divulgação (se usar o modelo do custo). Incentiva-se uma entidade, mas não se lhe exige, que determine o justo valor das propriedades de investimento na base de valorização por um avaliador independente que tenha uma qualificação profissional relevante e reconhecida e que tenha experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento que esteja a ser valorizada.

Nesse sentido, no último trimestre do ano de 2017, a Mesa Administrativa procurou um perito avaliador para dar início à mensuração das PI, começando pelo Prédio do Beato – Artigo nº 12, que se encontrava registado na contabilidade pelo montante de 132 580.00€.

O relatório de avaliação, ref. Nº 12-JA, datado de 28 de novembro de 2017, profere que o valor do referido imóvel é de 325 000.00€, traduzindo uma valorização efetiva e incontestável.

Perante esta situação, por deliberação do órgão competente, reconheceu-se um ganho de 192 420.00€ no exercício de 2017, resultante da reavaliação da PI em causa, uma vez que esta tinha sido escriturada por valor inferior, estava localizada em zona sujeita a forte pressão imobiliária, encontra-se em curso processo de reavaliação e, neste caso em concreto, a mesma foi concretizada no exercício de 2017.



8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2017 verificou-se uma variação (€4 160.56) derivada do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), e de 240 títulos de capital da Caixa Agrícola no valor de €1200.00 já subscritos em 2015 e classificados contabilisticamente, como tal, em 2017.

9. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o Sistema de Inventário Permanente.

A quantidade de inventário como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, detalham-se conforme se segue:

	2017	2016	Diferença (2017-2016)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Géneros Alimentares	287.101,18	310.069,18	-22.968,00
Outros	73.495,98	79.795,37	-6.299,39
Total	360.597,16	389.864,55	-29.267,39

	Saldo Inicial	Compras	Saldo Final	Diferença (SF-SI)
Generos Alimentares	6.069,79	309.710,93	6.511,04	-441,25
Outros	22.615,06	75.591,52	25.047,82	-2.432,76
Total	28.684,85	385.302,45	31.558,86	-2.874,01

10. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de Clientes e Outras contas a receber da Instituição têm a seguinte composição:

	2017	2016	Diferença (2017-2016)
Clientes			
Clientes Gerais	150.978,60	237.629,18	-86.650,58
Utentes	119.656,37	129.310,31	-9.653,94
Cobrança Duvidosa	1.209,79	1.209,79	0,00
Total	271.844,76	368.149,28	-96.304,52

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2017 e em 2016 as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentavam a seguinte composição:



	2017	2016	Diferença (2017-2016)
Estado e Outros Entes Públicos (ativo)			
Iva - Reembolsos pedidos	7.424,46	4.583,41	2.841,05
Outras	600,00	600,00	0,00
Total	8.024,46	5.183,41	2.841,05

	2017	2016	Diferença (2017-2016)
Estado e Outros Entes Públicos (passivo)			
Ret. de Imp. Sobre Rendimentos	8.426,46	8.579,72	-153,26
Iva - Reembolsos pedidos*			0,00
IVA - A Pagar	115,40	131,24	-15,84
Centro Regional de Seg. Social	46.510,96	47.185,01	-674,05
FCT e FGCT	713,54	2.034,70	-1.321,16
Total	55.766,36	57.930,67	-2.164,31

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica apresenta valores com alguma relevância, pois encontram-se aqui registados montantes inerentes a projetos que estão a decorrer na Instituição, e aguarda-se pelo recebimento das respetivas verbas.

	2017	2016	Diferença (2017-2016)
Outras Contas a Receber			
Pessoal Cauções e outros	329,70	329,70	0,00
CDSSC-Mases	0,00	150.728,77	150.728,77
Portugal 2020	30.750,00	30.750,00	0,00
Porc- Mais Centro	6.790,20	6.790,20	0,00
Clifiargus, Lda	198.093,30	198.093,30	0,00
Fundo Social Europeu	63.139,13	11.784,54	-51.354,59
Município de Arganil	12.146,67	867,72	-11.278,95
POAPMC-01-74F2-FEAC	7.024,25		
Outros	38.884,32	28.448,71	-10.435,61
Total	357.157,57	427.792,94	-70.635,37

Verificou-se uma diminuição desta rubrica provocada pelo desconhecimento do subsídio ao investimento no âmbito do programa MASES, em virtude deste não ter sido totalmente executado.



13. DIFERIMENTOS

Esta rubrica contempla gastos/Rendimentos a reconhecer que correspondem ao ano de 2018.

	2017	2016	Diferença (2017-2016)
Deferimentos (Ativo)			
Seguros	6.302,48	0,00	6.302,48
Total	6.302,48	0,00	6.302,48

	2017	2016	Diferença (2017-2016)
Deferimentos (Passivo)			
Seguros	0,00	6.516,85	-6.516,85
Outros rendimentos a reconhecer	614,82	614,82	0,00
Total	614,82	7.131,67	-6.516,85

14. CAIXA E DEPÓSITOS BANCARIOS

Descrição	2017	2016	Diferença (2017-2016)
Numerário (caixa)	465,52	720,62	-255,10
Depósito à ordem	11.974,40	13.781,78	-1.807,38
Depósito a prazo	17.305,00	97.305,00	-80.000,00
Total	29.744,92	111.807,40	-82.062,48

15. FUNDOS

Esta rubrica não teve nenhuma alteração.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, os Fundos da Instituição, eram compostos por €1 137 883,88.

16. RESERVAS

No decurso do exercício de 2017 não se registou nenhum movimento nesta rubrica.



17. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

	2017	2016	Diferença (2016-2017)
OVFP - Subsídios			
Prémio BPI Seniores 2014	8.926,01	11.901,34	2.975,33
PIDDAC	1.495,21	1.619,81	124,60
Instituto Desporto	997,61	1.097,37	99,76
Ministério da Educação	2.593,75	2.793,27	199,52
Saude XXI	220.870,44	226.535,68	5.665,24
IEFP- Empresas de Inserção	6.683,75	6.864,39	180,64
CDSSC-Mases	49.271,23	200.000,00	150.728,77
PORC- Mais Centro	106.665,82	109.205,32	2.539,50
ARS-Modelar	37.500,00	37.500,00	0,00
Total	435.003,82	597.517,18	162.513,36

Esta rubrica em 2017, para além dos subsídios ao investimento face às depreciações no montante de 11784.59, registou-se a regularização do subsídio ao investimento. *Vide in* ponto 12.

18. FUNDADORES/BENEMÉRITOS/(...) /ASSOCIADOS

A Instituição refletiu no balanço, em termos de contas correntes, o valor de €370.75 referente às quotizações dos associados (Irmãos). Este montante teve por base as quotas de 2017 que poderão ser pagas em 2018.

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Rubrica financiamentos obtidos apresenta um saldo de €865 367.22, repartido por:

- €840 000.00 (conta empréstimos obtidos na CGD, que pode atingir o montante de €1 000 000.00). Teve um abatimento de 30.000,00 Euros provocado pela amortização mensal de 2.500.00 euros.
- €2 540.90, aquisição de ativo tangível (trator) em 2015, através de empréstimo bancário no BANIF.
- €22 826.32, Projeto de constituição plataforma de Gestão e Informação – SINERGI.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2017	2016	Diferença (2017-2016)
Outras Contas a pagar			
Fornecedores de Investimentos	89.006,50	124.526,56	-35.520,06
Credores por acréscimos de Gastos*	225.025,06	215.351,84	9.673,22
Credores por subscrições não liberadas	6.243,07	6.243,07	0,00
Credores Diversos	165.884,37	150.812,88	15.071,49
Total	486.159,00	496.934,35	-10.775,35

* O Valor mais significante são os gastos com o pessoal (subsídio de férias), que são de 2017 e a entidade vai pagar em 2018.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

21. RÉDITO

O rédito reconhecido pela entidade em 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
VENDAS	0,00	5.577,97
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	987.915,06	1.047.328,68
Matrículas e Mensalidades de Utentes	766.697,81	834.914,18
UCC	90.036,57	91.457,52
Fisioterapia	113.647,82	98.709,11
Outros	17.532,86	22.247,87
TRABALHO PARA PRÓPRIA ENTIDADE	13.039,33	18.030,16
SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1.346.174,94	1.315.827,48
Centro Distrital da segurança Social	908.469,86	883.831,69
ARS-UCC	422.209,31	418.935,12
De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	15.495,77	13.060,67
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	192.420,00	0,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	317.842,80	350.889,34
Rendimentos Suplementares	8.161,81	12.490,02
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	167.892,57	151.336,84
Outros	141.788,42	187.062,48
Subsídio para o Investimento	11.784,59	18.093,41
(...) Outros	130.003,83	168.969,07
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	28,44	20,38
Total	2.857.420,57	2.737.674,01

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Subcontratados	0,00	49.769,16
Serviços Especializados	223.869,99	232.955,97
Materiais	50.412,69	66.604,57
Energia e fluidos	203.953,75	188.343,01
Deslocações, estadas e Transportes	5.586,36	6.911,45
Serviços Diversos	128.193,91	166.927,36
Total	612.016,70	711.511,52



23. GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de Gastos com Pessoal nos exercícios findos em 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
GASTOS COM PESSOAL		
Remunerações do pessoal	1.298.219,38	1.295.031,68
Encargos sobre Remunerações	285.470,01	285.732,39
Seguros de acidentes no trabalho	21.150,97	17.970,05
Outros Gastos com Pessoal	9.347,56	19.188,93
Total	1.614.187,92	1.617.923,05

24. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIÇÃO DO EXERCÍCIO

	2017	2016	Diferença (2017-2016)
Depreciação e amortizações exercício			
Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)	75.274,67	87.762,58	-12.487,91
Ativos Fixos Intangíveis (nota 6)	0,00	409,59	-409,59
Total	75.274,67	88.172,17	-12.897,50

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não houve quaisquer acontecimentos após a data do balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem ao nível das divulgações adicionais.



26. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) À data de 31 de Dezembro de 2017 não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.
- b) À data de 31 de Dezembro de 2017 a Instituição tinha ao serviço 141 trabalhadores, distribuídos pelas várias valências, como se pode verificar nos mapas de resultado por atividades.
- c) Nota explicativa da atividade da Entidade:

Conforme relatório de Gestão.

Mesa Administrativa
(Arganil, 09/03/2018)

Provedor

Vice-Provedor

Tesoureiro

Conselho Fiscal
(Arganil, 9/03/2018)

Presidente

Contabilista certificado (C.C. n.º 87244)

211117978
Alexandra Martins
87244

Assembleia Geral
(Arganil, 28/03/2018)

Presidente